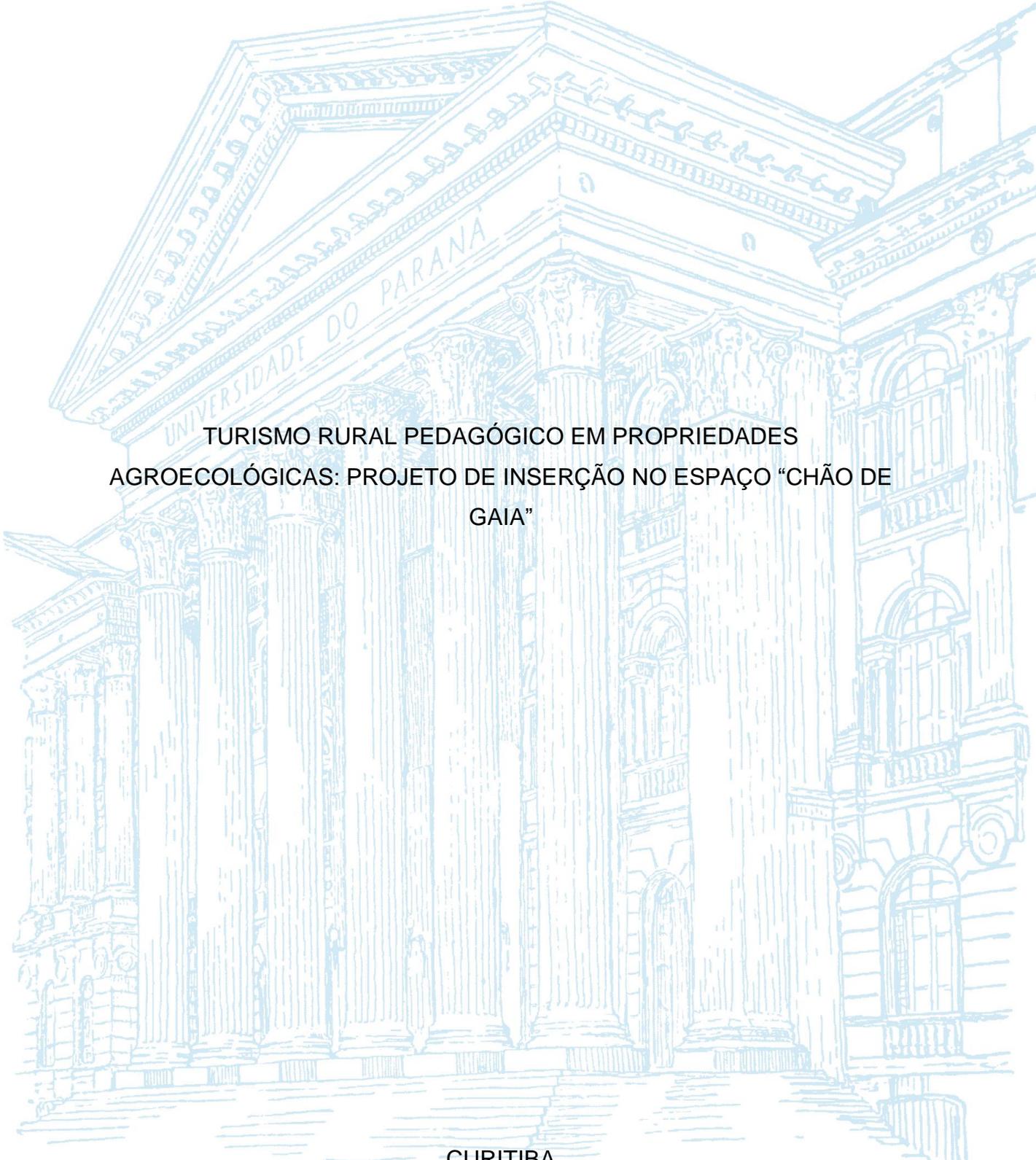


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MICHELE SCHWENDLER CAMARGO



TURISMO RURAL PEDAGÓGICO EM PROPRIEDADES
AGROECOLÓGICAS: PROJETO DE INSERÇÃO NO ESPAÇO “CHÃO DE
GAIA”

CURITIBA

2019

MICHELE SCHWENDLER CAMARGO

TURISMO RURAL PEDAGÓGICO EM PROPRIEDADES
AGROECOLÓGICAS: PROJETO DE INSERÇÃO NO ESPAÇO “CHÃO DE
GAIA”

Projeto de Planejamento e Gestão em Turismo apresentado à disciplina de Projeto de Planejamento e Gestão em Turismo II, Curso de Turismo, Departamento de Turismo, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Margarete Araújo Teles

CURITIBA

2019

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Beatriz Reis Schwendler, por me incentivar, ser meu exemplo e suporte.

Às minhas companheiras de vida e colegas do Curso de Turismo: Ana Schuhli, Jessyca Fernandes, Larisse Oliveira e Marina Maia.

À Loren Margonar, pela leveza e pelo apoio.

Às professoras Leticia Bartoszeck Nitsche e Margarete Araújo Teles, por me orientarem e me acompanharem neste percurso, e aos ensinamentos do professor Vinicius Boneli Vieira.

“Cada vez resta mais gente à beira do caminho - sem trabalho no campo, onde o latifúndio reina com suas gigantescas terras improdutivas, e sem trabalho na cidade, onde reinam as máquinas: o sistema vomita homens.”

Eduardo Galeano

RESUMO

Este estudo teve como objetivo desenvolver um projeto de Turismo Rural Pedagógico de base agroecológica na propriedade Chão de Gaia, com base em análise quanto aos projetos consolidados (Família Schroeder, Sítio Bela Vista e Terrinha Cultural) levantados durante a pesquisa. Foi realizada uma investigação qualitativa, de caráter exploratório, em fontes bibliográficas e a campo por meio entrevistas semiestruturadas e observação assistemática. Interligando o problema central “De que forma inserir o Turismo Rural Pedagógico em propriedades agroecológicas?”, o objetivo geral foi o de “Desenvolver um projeto de turismo rural pedagógico de base agroecológica na propriedade Chão de Gaia”. A justificativa para tal baseia-se no Turismo Rural Pedagógico enquanto importante ferramenta de transformação social e na necessidade do desenvolvimento de atividades turísticas em meio rural por meio de abordagens que condizam com as práticas e pressupostos da sustentabilidade. Constatou-se as variáveis que permeiam o Turismo Rural Pedagógico e a agroecologia, além de identificadas as demandas, interesses e potencialidades na propriedade foco. Por fim, elenca-se a elaboração de um projeto para a inserção do segmento alinhado aos preceitos agroecológicos, bem como a descrição das etapas necessárias, profissionais e parceiros envolvidos.

Palavras-chave: Turismo Rural Pedagógico. Agroecologia. Educação Ambiental.

ABSTRACT

This study aimed to develop an agro-ecological Pedagogical Rural Tourism project in “Chão de Gaia” property, based on an analysis of the consolidated projects (Schroeder Family, Bela Vista Site and Terrinha Cultural) raised during the research. A qualitative, exploratory research was conducted in bibliographic and field sources through semi-structured interviews and asymmetric observation. Linking the central problem “How to insert the Pedagogical Rural Tourism in agroecological properties?”, the general objective was “To develop a project of agroecological pedagogical rural tourism in the Chão de Gaia property”. The justification for this is based on Pedagogical Rural Tourism as an important tool for social transformation and on the need to develop tourism activities in rural areas through approaches that are consistent with sustainability practices and assumptions. It was verified the variables that permeate the Pedagogical Rural Tourism and Agroecology, besides identifying the demands, interests and potentialities in the focus property. Finally, the elaboration of a project for the insertion of the segment aligned with the agroecological precepts, as well as the description of the necessary steps, professionals and partners involved.

Keywords: Pedagogical Rural Tourism. Agroecology. Environmental education.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ESQUEMA COM OS QUATRO ELEMENTOS-CHAVE CONTEMPLADOS NA PRÁTICA DO TURISMO RURAL PEDAGÓGICO NO ÂMBITO DAS PROPRIEDADES RURAIS.....	25
FIGURA 2 – DIMENSÕES QUE INTERAGEM COM A AGROECOLOGIA.....	28
FIGURA 3 – REGIÕES CONTEMPLADAS: VIVA CIRANDA.....	45
FIGURA 4 – PROPRIEDADE FAMÍLIA SCHROEDER.....	46
FIGURA 5 – ACÁCIO EM ATIVIDADE COM CRIANÇAS.....	46
FIGURA 6 – HORTA AGROECOLÓGICA FAMÍLIA SCHROEDER.....	47
FIGURA 7 – RANCHO CENTRAL FAMÍLIA SCHROEDER.....	48
FIGURA 8 – RANCHO CENTRAL FAMÍLIA SCHROEDER.....	48
FIGURA 9 – BANNER COOPAVILLE.....	49
FIGURA 10 – MANEJO DA HORTA: SÍTIO BELA VISTA.....	52
FIGURA 11 – VISITAS À PROPRIEDADE SÍTIO BELA VISTA.....	53
FIGURA 12 – VISITAS À PROPRIEDADE SÍTIO BELA VISTA.....	53
FIGURA 13 – PLACA DE INDICAÇÃO PARA TERRINHA CULTURAL.....	57
FIGURA 14 – RENATO PERRÉ EM ATIVIDADE COM CRIANÇAS.....	58
FIGURA 15 – INSTITUIÇÃO TERRINHA CULTURAL.....	59

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	40
QUADRO 2 – ATIVIDADES PELOS PROJETOS CONSOLIDADOS.....	65
QUADRO 3 – ADAPTAÇÕES NAS ESTRUTURAS PARA O TURISMO.....	65
QUADRO 4 – PREPARAÇÃO PEDAGÓGICA.....	66
QUADRO 5 – CAPTAÇÃO DE RECURSOS.....	67
QUADRO 6 – ATIVIDADES PROPOSTAS.....	71
QUADRO 7 – CURSOS DE CAPACITAÇÃO.....	72
QUADRO 8 – CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO.....	73
QUADRO 9 – ESTIMATIVA DE CUSTO PARA CURSOS.....	75
QUADRO 10 – ESTIMATIVA DE CUSTO PARA ADAPTAÇÕES.....	76

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE JOINVILLE E FLORIANÓPOLIS NO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	43
MAPA 2 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE CANANÉIA E SÃO PAULO NO ESTADO DE SÃO PAULO.....	51
MAPA 3 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE CURITIBA E BOCAIÚVA DO SUL NO ESTADO DO PARANÁ.....	56
MAPA 4 – MAPA DA PROPRIEDADE CHÃO DE GAIA.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ABRATUR	- Associação Brasileira de Turismo Rural
AGRECO	- Associação de Agricultores Ecológicos
AOPA	- Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia
APA	- Área de Proteção Ambiental
APP	- Área de Preservação Permanente
CEIs	- Centros de Educação Infantil
CITUR	- Circuito Italiano de Turismo Rural
COOPAVILLE	- Cooperativa Agrícola Dos Produtores de Joinville e Região
CPRA	- Centro Paranaense de Referência em Agroecologia
ESALQ	- Escola Superior de Agronomia Luís de Queiroz
FUNDEMA	- Fundação Municipal do Meio Ambiente
IDHM	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	- Ministério da Educação
MED	- Ministério de Educação e Desportos
MST	- Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
MTur	- Ministério do Turismo
ONG	- Organização Não Governamental
ORNA	- Ocupações Rurais Não Agrícolas
PANC	- Plantas Alimentícias Não Convencionais
PCNs	- Parâmetros Curriculares Nacionais
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PUC	- Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RMC	- Região Metropolitana de Curitiba
SAF	- Sistemas Agroflorestais
SECULT	- Secretaria de Cultura e Turismo de Joinville
SED	- Secretaria Municipal de Educação de Joinville
SEMA	- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
SENAR	- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC	- Serviço Social do Comércio

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 MARCO TEÓRICO	15
2.1 TURISMO NO ESPAÇO RURAL	15
2.1.1 Turismo Rural.....	18
2.2 TURISMO RURAL PEDAGÓGICO.....	19
2.2.1. Educação Ambiental	23
2.3 AGROECOLOGIA E A ATIVIDADE TURÍSTICA.....	26
2.4 PLANEJAMENTO DA PROPRIEDADE PARA O TURISMO RURAL PEDAGÓGICO E DE BASE AGROECOLÓGICA.....	30
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	34
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	34
3.2 TÉCNICAS DE PESQUISA.....	35
3.3 DELIMITAÇÃO DA POPULAÇÃO	37
3.4 COLETA DE DADOS	38
3.4.1 Construção do instrumento de coleta dos dados	38
3.4.2 Tabulação e interpretação dos dados.....	40
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	42
4.1 PROJETOS CONSOLIDADOS	42
4.1.1 Viva Ciranda: Família Schroeder	42
4.1.2 Sítio Bela Vista.....	50
4.1.3 Terrinha Cultural	55
4.2 DIAGNÓSTICO DA PROPRIEDADE CHÃO DE GAIA	61
4.3 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	64
5 PROJETO DE TURISMO	69
5.1 DESCRIÇÃO DO PROJETO	69
5.2 ETAPAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO.....	70
5.2.1 Descrição das Etapas para a Execução do Projeto.....	70
5.2.2 Descrição dos Recursos Humanos envolvidos em cada etapa	73
5.2.3 Descrição do Orçamento e dos desembolsos por etapa	74
5.2.4 Avaliação do retorno do investimento	76
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	80

APÊNDICE 1 - ROTEIRO-BASE PARA ENTREVISTAS COM PROPRIETÁRIOS RURAIS E GESTORES DE PROJETOS DE TURISMO RURAL PEDAGÓGICO CONSOLIDADOS	86
APÊNDICE 2 - ROTEIRO-BASE PARA ENTREVISTA COM OS PRODUTORES AGROECOLÓGICOS DA PROPRIEDADE CHÃO DE GAIA	87
APÊNDICE 3 - ROTEIRO-BASE PARA ENTREVISTAS COM PROPRIETÁRIOS RURAIS E GESTORES DE PROJETOS CONSOLIDADOS NO TURISMO RURAL PEDAGÓGICO DE BASE AGROECOLÓGICA	88

1 INTRODUÇÃO

O espaço rural vem se consolidando como um ambiente polissêmico e multifuncional, principalmente no que se refere às Ocupações Rurais Não Agrícolas (ORNA) enquanto forma complementar de renda (SILVA, 2001, p. 39). Marcado pela pluriatividade, o rural deixa de ser observado somente pela produção agropecuária para ser considerado um espaço de consumo e passa a abranger outras dimensões na sua reprodução social.

Nesse âmbito, a atividade turística no espaço rural tem aumentado consideravelmente (não substituindo, entretanto, a agricultura enquanto principal atividade econômica) por meio do segmento de Turismo Rural, usualmente caracterizado por atividades que envolvam as especificidades da vida rural, cultura e economia (TULIK, 2003, p. 42). A modalidade se insere no meio, dentre diversas potencialidades, como modificador das realidades locais, auxiliando na valorização do campo e na preservação do ambiente natural.

Dentre as designações abordadas nesse segmento, diante do potencial educativo da atividade turística, destaca-se o Turismo Rural Pedagógico enquanto importante ferramenta de transformação social no desenvolvimento de atividades nas propriedades rurais. Fortemente marcado pelo seu caráter ligado à educação ambiental, a modalidade abrange formas de conscientização por meio da reapropriação da natureza pela coletividade (HOFFMANN; CUNHA, 2015, p. 8). Pela necessidade de desenvolvimento dessas atividades por meio de abordagens que condizam com as práticas e pressupostos da sustentabilidade, a agroecologia apresenta-se diretamente ligada à proposta ao se basear na diversidade e no equilíbrio dos ecossistemas naturais, sendo uma prática que diz respeito à estruturação da vida em sua totalidade (SILVA; MACHADO, 2015, p. 3).

Ao relacionar o âmbito pedagógico como forma de inserção da atividade turística no meio agroecológico, verifica-se a necessidade de desenvolver pesquisas que investiguem seu devido planejamento e consolidação. Apesar de alguns projetos de Turismo Rural Pedagógico (como os identificados Viva Ciranda: Família Schroeder, Sítio Bela Vista e Terrinha Cultural) fazerem parte dessa dinâmica, a propriedade agroecológica Chão de Gaia, localizada na área rural do município de Bocaiúva do Sul/PR, ainda não

está inserida nesse contexto. A importância da construção de um projeto neste local se traduz na necessidade de demonstrar outra dinâmica de gestão do espaço, seguindo os preceitos agroecológicos, em uma região rodeada por monocultura e plantações de pinus (que desestabilizam e degradam o ecossistema), bem como o advento de atividades de educação ambiental ao introduzir a atividade turística como forma complementar de renda para os envolvidos.

Assim sendo, o problema desta pesquisa é “De que forma inserir o Turismo Rural Pedagógico em propriedades agroecológicas?”, com o produto final e objetivo geral de “Desenvolver um projeto de Turismo Rural Pedagógico de base agroecológica na propriedade Chão de Gaia”. Os objetivos específicos foram definidos em: Construir referencial teórico correlacionando Turismo Rural, Turismo Rural Pedagógico, Educação Ambiental e Agroecologia; Pesquisar exemplos de projetos implementados envolvendo Turismo Rural Pedagógico e Agroecologia; e Identificar as demandas, interesses e potencialidades da propriedade Chão de Gaia. O projeto foi estruturado de modo que o referencial teórico também contempla o planejamento da propriedade para o Turismo Rural Pedagógico em propriedades agroecológicas e a área de estudo abordada.

A metodologia utilizada em relação ao tipo de pesquisa refere-se à abordagem qualitativa de caráter exploratório. Quanto ao levantamento de dados, possui caracterização marcada pela documentação indireta (documental e bibliográfica) e pela documentação direta (pesquisa de campo). Em relação às técnicas, conta com a observação assistemática, quanto ao meio, e a observação participante, quanto à atuação do investigador. Para a obtenção de dados, os instrumentos de coletas referem-se aos dois roteiros de entrevistas semiestruturadas. Compreende-se, em seguida, a apresentação e análise dos dados coletados e o projeto de turismo sugerido (objetivo geral da pesquisa), finalizando com as considerações finais sobre o estudo.

A importância da abordagem agroecológica diz respeito não somente às contribuições socioeconômicas e culturais aos proprietários rurais, como também à academia através da análise de novos dados e informações acerca de sua relação com a atividade turística, especificamente atrelada ao desenvolvimento rural sustentável, ao turismo rural e à educação ambiental.

2 MARCO TEÓRICO

Na intenção de desenvolver o embasamento teórico necessário, o presente capítulo apresenta conceitos que serão abordados na pesquisa. No primeiro tópico são apresentadas as diferenciações entre Turismo no Espaço Rural e Turismo Rural, enquanto o segundo explana a temática que envolve o Turismo Rural Pedagógico – e dialoga acerca da sua constituição, discussões conceituais envolvendo o segmento de Turismo de Estudos e Intercâmbio, bem como sua inter-relação com a Educação Ambiental. Sua compreensão é essencial para a pesquisa, sendo base e guia para o desenvolvimento do projeto.

O terceiro tópico discorre sobre a Agroecologia e o Turismo Rural Pedagógico ao apresentar a relação entre ambos, os tipos de atividades desenvolvidas e seu vínculo com as temáticas anteriormente apresentadas; e a quarta e última subdivisão relata o processo de planejamento da propriedade para o Turismo Rural Pedagógico e de base Agroecológica, bem como o detalhamento de metodologias e a estruturação necessária para sua consolidação.

2.1 TURISMO NO ESPAÇO RURAL

Já em 2001, Graziliano da Silva (2001, p. 39) escreveu sobre o espaço rural brasileiro, mostrando que, na época, um número cada vez mais crescente de pessoas que residiam em áreas rurais trabalhavam com ORNA's. Tal afirmação, apresentada com base em dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em 1999 reafirmou-se em estudo realizado por Siliprandi (2002, p. 8), no qual a autora evidenciou que os espaços rurais têm se transformado cada vez mais em espaços polissêmicos.

Ao não possuir mais a exclusividade da produção agrícola, as áreas rurais tornam-se marcadas pela pluriatividade e consolidam-se, aos poucos, enquanto espaços onde coexistem atividades econômicas de distintas naturezas. É importante frisar, no entanto, que a agricultura não perde enquanto atividade produtiva sua significância econômica e social. Segundo Lunardi, Almeida e Souza (2008, p. 3), “o que está acontecendo é que os

agricultores estão incorporando outras dimensões na reprodução social, como o patrimônio cultural, as tradições, o lazer, o turismo, entre outras”. Neste sentido:

A partir destas novas atribuições vinculadas à agropecuária, surge o conceito de multifuncionalidade, o qual se opõe à ideia de que a agricultura seja apenas uma atividade produtora de bens primários, mas que exerça outras funções (TEIXEIRA; WANDSCHEER; SOUZA, 2005, p. 2).

Ao observar uma nova definição do espaço rural no campo brasileiro, Nogueira (2004, p. 4), com base em relato apresentado por Carneiro (1998)¹, descreve dois processos sociais em curso: a ressignificação simbólica da pluriatividade rural, que configura-se enquanto uma importante forma geradora de renda; e os novos usos do meio rural, como o turismo no espaço rural e residências neo-rurais.

A importância da heterogeneidade do meio rural é justificada pela necessidade de estimular e apoiar a pluriatividade devido ao seu potencial “de possibilitar aos agricultores escolherem seu próprio modo de vida e, conseqüentemente suas representações socioeconômicas” (SCHNEIDER, 2007, p. 22). Essa pluriatividade auxilia e permite a ampliação de renda e a geração de emprego, o bem-estar das famílias envolvidas no processo (SILIPRANDI, 2002, p. 8) e, conseqüentemente, a redução das desigualdades e da pobreza no meio rural.

Dentre as atividades não agrícolas no espaço rural, a atividade turística adquire uma importância cada vez maior por constituir-se, sobretudo, enquanto uma alternativa viável no contexto de desenvolvimento local (para além do econômico, vindo a abranger aspectos sociais e, entre outros, cognitivos), assim como uma forma complementar a atividade agrícola ao possibilitar a geração de empregos e renda (GUZZATTI, 2014, p. 2).

Segundo Nitsche e Neri (2014, p. 2), “apesar dos números não retratarem diretamente o turismo, é inegável o seu potencial na geração de uma série de serviços que podem contribuir para a diversificação das atividades não agrícolas [...]”. A relevância do incremento do setor também é

¹ CARNEIRO, Maria José. **Esposa de agricultor na França**. Estudos Feministas, v. 4, n. 2, p. 328354, 1996.

apresentada por Vera *et al.* (1997, p. 122 *apud* RODRIGUES, 2001, p. 138) enquanto um fator significativo para o desenvolvimento de áreas rurais e naturais, concebido através do respeito ao patrimônio cultural e natural e da participação direta da população rural.

Devido, entretanto, às diversas tipologias utilizadas para compreender os tipos de turismo que se desenvolvem no ambiente rural, Oxinalde (1994)², com base em Riedl (2001, p. 16), alerta que o primeiro empecilho que se encontra ao estudar ou descrever a temática são as suas definições – visto que muitas modalidades inclusas em “turismo no espaço rural” não se excluem e que, na verdade, se complementam.

Diante da diversidade de termos, Anderson Portuguez (1999, p. 74) argumenta que o turismo assume características próprias para cada configuração socioespacial. De acordo com o Ministério do Turismo (BRASIL, 2003), portanto:

[...] muitas práticas turísticas que ocorrem no espaço rural não são, necessariamente, turismo rural, e sim atividades de lazer, esportivas, ou ócio de cidadãos que ocorrem alheias ao meio em que estão inseridas. Isto é, considera-se turismo no espaço rural ou em áreas rurais [...] (BRASIL, 2003, p. 11).

Nessa linha de pensamento, o turismo no espaço rural é considerado por alguns autores, como Cals, Capellà e Vaqué (1995, p. 23), apresentado por Riedl (2001, p. 16), e Candiotta (2010, p. 8), como a totalidade dos movimentos turísticos englobadas nesse espaço (independente da motivação ou especificidade da atividade), reservando o conceito de “Turismo Rural” para atividades que cultivam especificidades da vida no meio rural, considerando seu habitat, economia e cultura. Ademais, em relação ao termo “Turismo no Meio Rural”, Candiotta (2010, p. 8) também expõe que a conceituação utilizada entre autores na discussão teórica é preferencialmente tratada como turismo no espaço rural ou turismo em áreas rurais – expressões tidas como equivalentes.

² OXINALDE, Miguel del Reguero. **Ecoturismo** - Nuevas formas de turismo en el espacio rural. Barcelona:Bosh- Casa Editorial S.A.,1994.

2.1.1 Turismo Rural

A definição do segmento de turismo rural, propriamente dito, também é considerada um tanto quanto complexa, principalmente devido à sua delimitação espacial (CANDIOTTO, 2010, p. 6), suas variadas classificações bibliográficas e seus termos adjacentes.

No debate conceitual, observa-se a forte influência estrangeira, ocorrendo a importação de muitos conceitos sem adaptações ou maiores reflexões acerca da realidade brasileira. Apesar disso, CandiOTTO (2010, p. 6) argumenta que já existem estudos que buscam estabelecer diferenciações no que tange o desenvolvimento do segmento nacionalmente. Nesta pesquisa, a perspectiva teórica abrangerá um panorama nacional e enxerga o segmento “não apenas como utilização do espaço rural para a prática do lazer, mas que incorporam indispensavelmente a esta atividade as vivências típicas deste espaço” (TEIXEIRA; WANDSCHEER; SOUZA, 2005, p. 6). Tulik (2003, p. 40-42) pontua que alguns autores brasileiros propõem que a expressão Turismo Rural “seja reservada para aquelas atividades que, em maior ou menor grau, se identificam com as especificidades da vida rural, seu hábitat, sua economia e sua cultura”.

Uma concepção mais cultural do segmento também é debatida por alguns autores, assim como abordada por Vaz (1999), com base em Rodrigues (2001, p. 137-138), que o interpreta como o conjunto de atividades que integram a vida no campo, abrangendo a experiência do dia-a-dia nas propriedades, o convívio dos camponeses, a paisagem, as plantações, dentre outros. No mesmo viés, Riedl (2001, p. 63) o apresenta enquanto constituído, acima de tudo, em estruturas rurais, instigando a aproximação do visitante ao contato com a herança cultural das comunidades, da natureza e de práticas tradicionais.

Outros autores compreendem a atividade por uma dimensão mais espacial, a exemplo de Beni (1998) que conceitua o segmento a partir do “deslocamento de pessoas a espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite, para fruição dos cenários e instalações rurícolas”. De acordo com o Ministério do Turismo (MTur) (BRASIL, Ministério

do Turismo. 2010, p. 18) – revelando uma lógica que busca a valorização das particularidades -, o turismo rural é definido de forma sucinta como:

[...] o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.

Almeida (1999) traz uma interpretação importante para a discussão ao observar a existência de duas tendências na definição do Turismo Rural, possuindo a primeira delas “o critério de porcentagem de rendimentos do turismo que beneficia a própria comunidade rural” e a segunda o critério nos elementos que constituem a oferta. Nessa orientação, ao distinguir a utilização das atividades produtivas como principal atrativo turístico, o segmento se sobressai ao trabalhar com demonstrações, explicações e vivências de técnicas onde o visitante pode interagir no processo.

Dentre a vasta gama de opções de oferta de serviços, ao demarcar a atividade que se processa no espaço rural através das atividades inclusas e pressupor o intercâmbio com o visitante, encontra-se a possibilidade de utilização do espaço rural enquanto instrumento pedagógico. Dessa forma, os bens, serviços e produtos agrícolas, em conjunto às manifestações culturais e a própria natureza, dentre outros, constituem elementos de transmissão do conhecimento através do desenvolvimento de atividades como o Turismo Rural Pedagógico.

2.2 TURISMO RURAL PEDAGÓGICO

Enquanto instrumento educativo, a atividade turística pode ser compreendida por meio de diversos segmentos – bem como constituir um específico. De acordo com o MTur, pela dimensão compreendida e quantidade de atividades desse caráter, as designações mais usuais são o Turismo Educacional, Turismo de Intercâmbio, Turismo Educacional Científico, Turismo Universitário, Turismo Pedagógico, Turismo Científico e Turismo Estudantil.

Dentre esses, ao construir uma fundamentação conceitual acerca do Turismo Pedagógico, alguns autores (como GUZZATTI, 2014, p. 7; HOFFMANN; CUNHA, 2015, p. 7; dentre outros) adotam uma abordagem

vinculada ao conceito de Turismo de Estudos e Intercâmbio, delimitado pelo e definido como:

Turismo de estudos e intercâmbio constitui-se da movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional (BRASIL, Ministério do Turismo. 2010, p.15).

Nesse contexto, nos últimos anos, nota-se o crescimento do que vem se consolidando enquanto Turismo Pedagógico, que, de acordo o apresentado por Hoffmann e Cunha (2015, p. 7), com base na diferenciação conceitual metodológica designada por Moletta (2003)³, constitui-se de uma maneira de o visitante ter uma participação mais eficaz e dinâmica na construção do conhecimento, propiciada através da vivência interativa com o meio. Da mesma forma, Peccatiello (2005⁴ *apud* HOFFMANN; CUNHA, 2015, p. 8) dialoga acerca do potencial do segmento ao relatar a aprendizagem enriquecedora promovida por meio do interesse e da disposição que a viagem é capaz de despertar no visitante.

Vinha (2005, p. 6-7), ao apresentar os objetivos do desenvolvimento do Turismo Pedagógico, destaca que:

[...] o que se pretende com essas atividades é a organização de situações de aprendizagens, relacionadas a conteúdos curriculares, a valores éticos e estéticos, além de atitudes formativas, tais como o desenvolvimento da capacidade de iniciativa e solidificação de amizades; respeito ao outro e fortalecimento da noção de pertencimento a um grupo ou a um ecossistema; experiência de autonomia; elaboração conjunta de regras de convivência, dentre outras (VINHA, 2005, p. 6-7).

Nesse sentido, o aspecto lúdico da atividade turística acompanha a possibilidade de juntar educação e lazer no desenvolvimento pedagógico. Essa alternativa se difere, por exemplo, das aulas expositivas e do ambiente escolar rotineiro – atuando enquanto uma importante ferramenta na promoção da mediação entre a prática e a teoria – ao estabelecer uma relação mais informal e incentivando a socialização entre os envolvidos.

³ MOLETTA, V. B. F. **Turismo estudantil**. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2003. (Série Desenvolvendo o Turismo, 11).

⁴ PECCATIELLO, A.F.O. Turismo Pedagógico como uma estratégia de ensino-aprendizagem sob a óptica dos Parâmetros Curriculares Nacionais – 3º e 4º Ciclos de Ensino Fundamental. **Revista Global Tourism Turismo e educação**, nov. 2005.

Ao direcionar a sua atuação para o âmbito rural, observa-se que, já em 2001, Rodrigues (2001, p. 106) encaminha a categorização de um turismo rural de cunho acadêmico, abordando exemplos de tendências pedagógicas na região metropolitana paulistana como a chamada “fazendinha” do Beto Carrero, os pacotes oferecidos pela Escola Superior de Agronomia Luís de Queiroz (ESALQ) em Piracicaba e os cursos ministrados em eventos pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Relativamente recente comparado aos outros segmentos desenvolvidos em território nacional, dentro de uma perspectiva do turismo rural contemporâneo, a autora categoriza tais atividades como “Turismo Rural Científico-pedagógico”.

A construção conceitual acerca do segmento nos últimos anos, no entanto, direcionou-se para a categorização da atividade educativa enquanto “Turismo Rural Pedagógico” – sendo considerada, ainda, bastante escassa em relação às experiências em desenvolvimento e estudos científicos mais aprofundados que descrevem a temática, suas características e implicações para a educação e o desenvolvimento rural (KLEIN; SILVA; SOUZA, 2013, p. 3).

Mediante discussão teórica, observa-se que a primeira definição do segmento no Brasil surgiu em 2005 por meio da Associação Brasileira de Turismo Rural (ABRATUR), com base na definição de Turismo Rural proposta pelo MTur, apresentada como:

[...] o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com o meio ambiente e a produção agropecuária e/ou com os valores históricos de produção no universo rural, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade que fundamentalmente tem um acompanhamento didático pedagógico com o objetivo de aquisição de conhecimento (ABRATURR; ECA JR., 2005, p. 6).

Na construção de um conceito, enquanto complemento, o turismo rural pedagógico também é caracterizado como “um conjunto de atividades educativas realizadas em propriedades rurais, utilizando como recurso didático as atividades agrícolas e pecuárias e também, os recursos naturais e culturais ali existentes” (KLEIN; SILVA; SOUZA, 2013, p. 2-3), favorecendo experiências aos seus visitantes através do contato direto com um ambiente diversificado e marcado pela coletividade. Quanto aos seus objetivos, também se agrega

(além dos apresentados no tópico anterior no quesito Turismo Pedagógico) a aspiração de informar acerca da origem dos alimentos consumidos e a complexidade do processo produtivo (GUZZATTI, 2014, p. 9), evidenciando a amplitude das contribuições englobadas.

Ao emergir como uma valorização dos saberes e conhecimentos rurais e alternativa complementar de desenvolvimento local aos agricultores rurais, o turismo pode, de acordo com Dias (2003)⁵, com base em Hoffmann e Cunha (2015, p. 9), ser um aliado nas atividades de conservação ambiental devido às contribuições financeiras e à viabilidade de melhoria no planejamento e no gerenciamento ambiental a ele atrelados – como, por exemplo, o do estabelecimento de um limite de visitação em certos ambientes, principalmente os muito sensíveis. Paralelamente, a atividade também possui o potencial de estimular e contribuir para a formação pessoal dos visitantes ao provocar seu envolvimento com o patrimônio sociocultural rural, além de proporcionar o desenvolvimento de diferentes habilidades e perspectivas por meio de valores educacionais distintos dos apresentados de modo convencional.

Para além das contextualizações, Nakamura e Machado (2012, p. 3) instigam o desenvolvimento das experiências pedagógicas *in loco*, pois “enquanto o conhecimento for ilustrado de forma fragmentada, como parte da realidade, permanecerá sempre inacabado”. Enquanto justificativa para a sua implementação, os autores também relacionam que:

Viajar, conhecer pessoas e apreciar lugares possibilita ao aluno justamente o que é proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, a cidadania ativa que só se dá por meio da vivência que se tem com objeto de estudo. Conhecer os recursos naturais, a diversidade cultural ou os problemas do país somente através de contextualizações superficiais em sala de aula não caracteriza a cidadania ativa (NAKAMURA; MACHADO, 2012, p. 3).

Contribuindo na formação de turistas mais conscientes e preocupados com o seu entorno (MOLETTA, 2003 *apud* HOFFMANN; CUNHA, 2015, p. 8), a Educação Ambiental é abordada e retratada não somente através da valorização, como também da conservação do meio ambiente.

⁵ DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

2.2.1. Educação Ambiental

Com atividades que geralmente acontecem ao ar livre, em meio ao campo e à natureza (GUZZATTI, 2014, p. 9), a Educação Ambiental destaca-se pela viabilidade de ser uma ampla ferramenta para a compreensão dos ideais de desenvolvimento sustentável (SILIPRANDI, 2002, p. 9) e possui conceito adotado na Conferência Intergovernamental de Tbilisi (1977 *apud* BRASIL, 2013 [s./p.]) como sendo:

[...] um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento de habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as interações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos.

O enfoque se manifesta como potencial de formação e exercício da cidadania ao reunir demandas de cunho social em favor da melhoria das condições socioambientais (relacionadas principalmente às classes sociais mais afetadas pelos riscos ambientais eminentes). Considerar tal variável significa reconhecer que só é viável defrontar “a problemática socioambiental enfrentando os conflitos sociais concomitantemente, e aí a educação para a gestão ambiental adquire uma importância fundamental” (SILIPRANDI, 2002, p. 9).

Sua importância também é assumida como obrigação nacional pela Constituição⁶, promulgada em 1988, e reflete na temática “Meio Ambiente” disposta como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s), elaborados pelo antigo Ministério de Educação e Desportos (MED) – atual Ministério da Educação (MEC) –, que inclui a educação ambiental como tema de urgência social a ser inserido em diversos campos do conhecimento. A abordagem, conforme Lucas, Timm e Gomes (2007, p. 1470):

⁶ Após a Conferência Internacional Rio/92, se reconhece o papel central da educação para a “construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado”, o que requer “responsabilidade individual e coletiva em níveis local, nacional e planetário” – evidenciando a importância da Educação Ambiental como meio indispensável para se conseguir criar e aplicar formas cada vez mais sustentáveis de interação sociedade-natureza e soluções para os problemas ambientais. Fonte: BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: 1997, 128 p. p. 17. Disponível em: <<http://bit.do/fdwSx>>. Acesso em: 19 out. 2019.

[...] além de permear toda prática educacional na busca de uma ação reflexiva e crítica da realidade, também deve, como tema transversal, possibilitar a opção por diferentes situações desejadas, como responsabilidade, cooperação, solidariedade e respeito pela vida. Dentro de uma visão construtivista interdisciplinar do conhecimento, a EA visa a consolidação da cidadania a partir de conteúdos vinculados ao cotidiano e aos interesses da maioria da população.

Deve, portanto, ser um processo permanente no qual os indivíduos ao tomarem consciência de seu papel no coletivo, adquiram experiências, valores, conhecimentos, habilidades e determinações que os tornem aptos a agir e a confrontar os problemas ambientais presentes e futuros. É nesse percurso que se enxerga, concomitantemente, a necessidade de alterar a dinâmica de valores e dos métodos de ensino existentes enfrentando a atual fragmentação do conhecimento (LUCAS; TIMM; GOMES, 2007, p. 1471) – esses que, por sua vez, geram comportamentos visando principalmente aspectos econômicos do desenvolvimento.

A educação é, de acordo com o dialogado por Hoffmann e Cunha (2014, p. 8), com base em Leff (2001⁷), uma ferramenta didática e efetiva na produção dessas mudanças emergenciais, como forma de conscientização ambiental por meio da reapropriação da natureza pela coletividade baseada em uma nova ética comportamental – sob o enfoque da racionalidade ambiental.

Segundo Klein, Troian e Souza (2011, p. 108):

A Educação Ambiental passa a assumir uma importante função, no sentido de promover entre os sujeitos aprendizes, a compreensão acerca das complexas relações entre a sociedade e a natureza, instigando-os a refletir sobre seus próprios hábitos e atitudes e sobre a responsabilidade de cada pessoa frente a tais questões (KLEIN; TROIAN; SOUZA, 2011, p. 108)

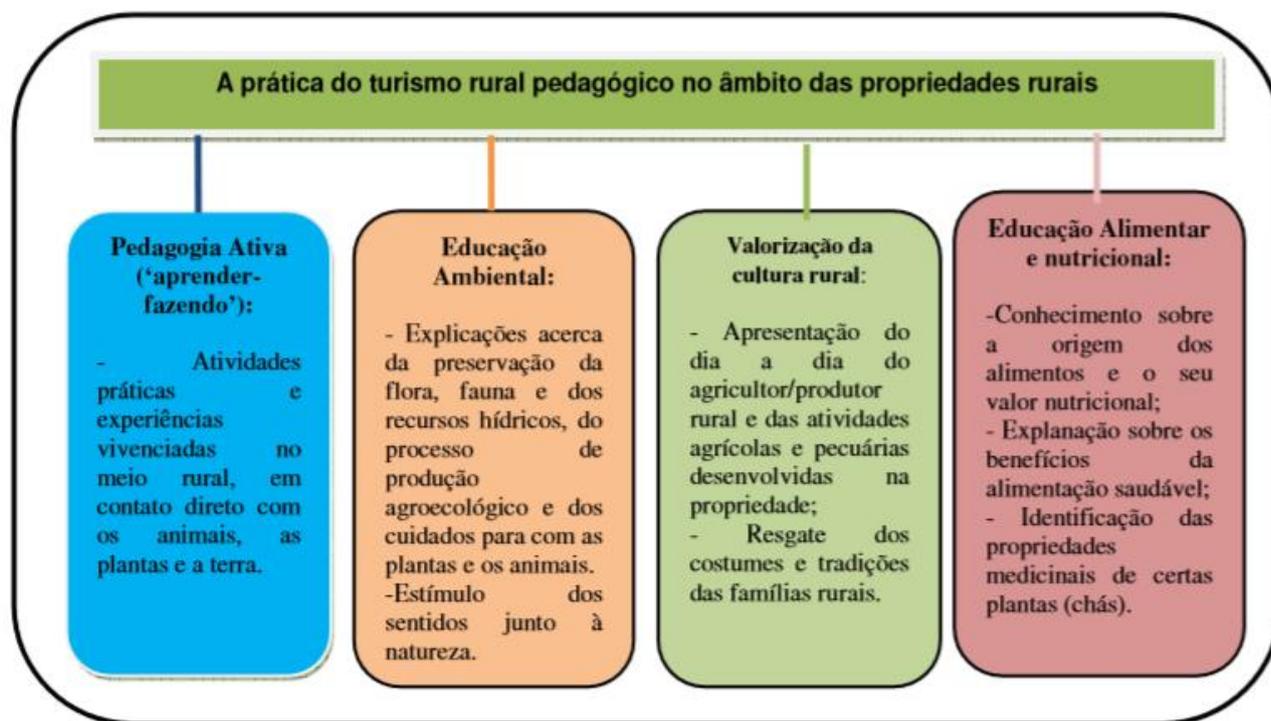
Teixeira, Wandscheer e Souza (2005, p. 6) dialogam que as atividades turísticas praticadas no meio rural, ao surgir como uma fonte de conhecimento, trazem aos educadores a possibilidade de sua utilização enquanto forma de promoção do processo de ensino-aprendizagem. A inserção de atividades que promovam essa troca e incentivam conjuntamente o interesse e a curiosidade dos participantes, por meio de uma integração e percepção do ambiente ao seu redor, são de extrema importância, bem como a visualização da natureza

⁷ LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

enquanto um bem comum – mediante o desenvolvimento de ações mais empáticas, solidárias e responsáveis (HOFFMANN; CUNHA, 2015, p. 9).

Com enfoque na adequação do segmento turístico como prática educativa desenvolvida em complemento ao ensino escolar, Klein (2012, p. 172) analisou as atividades que caracterizam o turismo rural pedagógico e identificou a Educação Ambiental como um dos quatro elementos-chave contemplados na prática (FIGURA 1) – sendo os demais: Pedagogia Ativa ('aprender-fazendo'); Valorização da Cultura Rural; e Educação Alimentar e Nutricional. No tópico em questão, as atividades exemplificadas são: Explicações acerca da preservação da flora, fauna e dos recursos hídricos, do **processo de produção agroecológico** e dos cuidados para com as plantas e animais; e Estímulo dos sentidos junto à natureza.

FIGURA 1 – ESQUEMA COM OS QUATRO ELEMENTOS-CHAVE CONTEMPLADOS NA PRÁTICA DO TURISMO RURAL PEDAGÓGICO NO ÂMBITO DAS PROPRIEDADES RURAIS.



FONTE: Klein (2012, p. 172).

A agroecologia, portanto, é introduzida neste panorama enquanto uma abordagem significativa no desenvolvimento do instrumento educativo proposto na presente pesquisa – observando o enfoque nos objetivos e objeto de

estudo. Sua atuação não se restringe ao âmbito da educação ambiental, apesar de ser grande suporte e exemplo de preservação da biodiversidade.

2.3 AGROECOLOGIA E A ATIVIDADE TURÍSTICA

A Agroecologia trata-se de uma abordagem que se apresenta como uma matriz disciplinar totalizante – capaz de apreender e aplicar conhecimentos gerados em diferentes matérias científicas – baseada nos princípios de justiça social, sustentabilidade ambiental e soberania alimentar. Como ciência integradora, reconhece e nutre-se dos saberes, conhecimentos e experiências dos camponeses, povos indígenas e comunidades tradicionais, “bem como dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno, isto é, presente no local” (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006, p. 45-46).

Sua construção está vinculada a um amplo projeto de transformação social, envolvendo as formas de produção, processamento, distribuição e consumo no atual sistema agroalimentar. Nesse caminho, assume o compromisso “com a democratização do direito à terra, à água, aos recursos naturais e às próprias estruturas de produção do conhecimento”. Enquanto prática e movimento social, ela “questiona a lógica das relações de poder que fundamentam a produção agrícola atual” (SANTOS; GLASS, 2018, p. 50) e:

[...] promove a agricultura em pequena escala, que está em sintonia com os ecossistemas locais. A agroecologia não é apenas um conjunto de técnicas agronômicas; é um processo político, social e transformador. [...] não procura melhorar a agricultura industrial, mas substituí-la: não se trata de adaptação ou conformação, mas, sim, transformação.

A abordagem demonstra, por meio dos conhecimentos tradicionais, que fertilizantes industriais não são necessários para manter os solos saudáveis: ao invés disso, reproduz e otimiza os processos naturais com restos de plantas, estrume, árvores e a efetiva utilização dos recursos locais através da reciclagem de nutrientes e energia. A conciliação de culturas, ademais, mantém as pragas sob controle e atesta que a utilização dos venenos químicos (agrotóxicos) é completamente dispensável – reduzindo a dependência dos

agricultores nas compras de insumos em grandes empresas agrícolas. (SANTOS; GLASS, 2018, p. 50). De forma geral, acredita-se que a Agroecologia:

[...] mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas múltiplas inter-relações e mútua influência (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006, p. 47).

O enfoque agroecológico, partindo do conhecimento local num horizonte temporal, pode ainda ser definido como “a aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis” (CASADO *et al.*, 2010: 81 *apud* CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 12).

Diretamente relacionada à Educação Ambiental, é fundamental considerar a agroecologia como uma forma de estruturação da vida em sua totalidade. De acordo com Silva e Machado (2015, p. 3):

Isso significa que seu entendimento está para além da consolidação de uma nova forma de produção, do ponto de vista tecnológico e dos recursos utilizados; tendo em vista que envolve o modo como os agricultores se relacionam – entre seus pares e com o meio em que estão inseridos – e o projeto de mudança que defende.

Os autores ainda destacam que, ao promover mudanças estruturais significativas, a unidade entre o campo da agroecologia e da educação ambiental deve ser uma constante – implicando em um movimento contrário à lógica de produção hegemônica encontrada atualmente no espaço rural brasileiro que, além de acelerar a exclusão social e a degradação ambiental no campo, é insustentável e está voltada “para a separação intensiva e intensa dos homens com relação à natureza” (PORTO-GONÇALVES, 2006⁸ *apud* SILVA; MACHADO, 2015, p. 3). A agricultura convencional simplifica o ambiente e destrói a biodiversidade por meio de sua lógica de monocultura, construída em torno da maximização da produção e do lucro, enquanto os métodos agroecológicos oferecem as ferramentas que dão às pessoas o direito

⁸ PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

de “definir seus próprios sistemas de alimentação, agricultura, pecuária, pesca e as políticas que impactam estes sistemas [...]” (SANTOS; GLASS, 2018, p. 50).

Na construção teórica a respeito da correlação entre o **turismo rural e a agroecologia**, a fim de discutir suas projeções, constata-se que ainda há uma escassez literária considerável. De modo geral, tal relação pode ser considerada pautada na necessidade de modelos e formas alternativas de se lidar com o desenvolvimento rural. A ideia de promoção do “desenvolvimento” é acompanhada pela necessidade de “promover-se dentro dos parâmetros da sustentabilidade” que, só estará sendo promovido pelo turismo quando este “for capaz de proporcionar a melhoria das possibilidades do bem viver para os núcleos receptores”. Trata-se, logo, de um processo local comprometido com a conservação do ambiente e da qualidade de vida da população (PORTUGUEZ, 1999, p. 16) no qual a agroecologia dialoga com as seguintes dimensões (FIGURA 2): Justiça Ambiental; Feminismo; Comunicação e Cultura; Direito à Cidade; Saúde Coletiva; Economia Solidária; e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

FIGURA 2 – DIMENSÕES QUE INTERAGEM COM A AGROECOLOGIA



FONTE: Atlas do Agronegócio (2018, p. 53)

Busca-se uma maior compreensão da realidade apresentada, que satisfaça os pressupostos da sustentabilidade e “dê conta de problemas estruturais como o da ocupação da mão-de-obra, da geração de renda, de infraestrutura social básica (moradia, saneamento, luz, água, etc.)” (BALDASSO; CALCANHOTTO; ANNONI, 2002, p. 3). Devido à agroecologia se tratar de um envolvimento pleno do exercício da cidadania e da melhoria do bem-estar dos protagonistas – e que considere conjuntamente o avanço da estrutura socioeconômica local e de outras a serem incorporadas (FEITOSA; FRANCA, 2009, p. 7) –, tende-se que as relações sociais rurais sejam modificadas através da visão de espaço produtivo (SILIPRANDI, 2002, p. 3).

Paralelamente, Caporal e Costabeber (2004, p. 15) relatam que para se respeitar os princípios agroecológicos, a abordagem:

[...] deve atender requisitos sociais, considerar aspectos culturais, preservar recursos ambientais, considerar a participação política e o empoderamento dos seus atores, além de permitir a obtenção de resultados econômicos favoráveis ao conjunto da sociedade, com uma perspectiva temporal de longo prazo – uma agricultura sustentável.

O turismo rural, seguindo os preceitos agroecológicos – “respeitada a dinâmica da natureza e cultivada a terra de maneira ecologicamente correta” (FEITOSA; FRANCA, 2009, p. 6) – insere-se de maneira complementar como uma alternativa econômica aliada de benefícios sociais e ambientais (CELSO, 2008, p. 8) para as comunidades, dentre eles: contribui para manter os indivíduos no meio em que vivem (ao combater o êxodo rural, motivado pela falta de opções no campo) (ATZ, 2007, p.1) ao oferecer uma nova perspectiva de vida a famílias de baixa renda (CELSO, 2008, p. 10); e para a diminuição da degradação e minimização dos problemas ambientais existentes (provocados pelas atividades produtivas rurais impactantes).

Tais efeitos também podem ser observados pelo viés pedagógico, revelando-se um instrumento que contribui para o desenvolvimento local e reforça a integração entre os atores locais. Ademais, possibilita que os visitantes desenvolvam uma percepção mais clara em relação à atividade agrícola, acerca da alimentação e origem dos produtos (SILVA; SOUZA; LEMOS, 2014). Nesse sentido, observa-se a oportunidade de inserção de processos educativos e participativos através dos princípios agroecológicos por

meio do Turismo Rural Pedagógico como alternativa ao desenvolvimento da dimensão abordada. Para sua realização, portanto, dialoga-se acerca da necessidade de um planejamento estruturado – conforme apresentado a seguir.

2.4 PLANEJAMENTO DA PROPRIEDADE PARA O TURISMO RURAL PEDAGÓGICO E DE BASE AGROECOLÓGICA

Segundo Guterres (2006, p. 138), o planejamento trata-se do ato de conhecer para tomar uma decisão, passando por uma sequência baseada em diagnóstico e prognóstico, pesquisas que geram um produto, um plano operacional e de acompanhamento, além do controle e da avaliação (o monitoramento). Considera-se fundamental conhecer a realidade do local, o público envolvido, suas convicções e valores, sua história, limites e potencialidade, a conjuntura, dentre outros.

Na implementação e estruturação de empreendimentos de turismo no espaço rural, Hosken (2010, p. 168) observa que “a percepção sistêmica da propriedade é fundamental, ou seja, vê-la como um todo”. O autor, de acordo com sua experiência profissional, apresenta um roteiro para a elaboração de projetos com diversos comentários e ressalvas. O planejamento referido contém as seguintes etapas: 1) Introdução; 2) Diagnóstico; 3) Recursos Humanos; 4) Análise de risco; 5) Análise da concorrência; 6) Definição e caracterização do público-alvo; 7) Caracterização do produto turístico; 8) Plano de ação setorizado; 9) Cronograma de atividades/obras; 10) Cronograma de ações para implantação da atividade turística; 11) Descrição do cronograma de implantação; 12) Plano de recomendações; e 13) Plano de marketing (HOSKEN, 2010, p. 171-194).

Já nos estudos acerca do planejamento de propriedades rurais para a inserção da atividade pedagógica, Tibiletti (2002)⁹, com base em Klein, Silva e Souza (2013, p. 3-4), ressalta que não são necessárias alterações para além das práticas já existentes e desempenhadas habitualmente no local (como, por exemplo, a adubação, o plantio, a irrigação, a colheita, a ordenha, etc.). Os

⁹ TIBILETTI E. L'azienda diventa fattoria didattica. ESPERTO DI DIVULGAZIONE AMBIENTALE- Il **Divulgatore Fattorie didattiche**, n. 9, 2002.

interessados em inserir-se no ramo também não precisam, necessariamente, possuir especialização na área da educação, porém certamente devem possuir (e desenvolver ao longo do processo) a capacidade de comunicação, argumentação e as diversas formas de abordagem levando em conta o público alvo.

Apesar da implementação de uma propriedade rural pedagógica ser relativamente mais fácil de ser desenvolvida, devido à baixa necessidade de investimentos se comparado a demais propriedades de Turismo Rural (conforme roteiro apresentado), é importante ressaltar que o seu planejamento requer muita atenção em relação à organização e envolvimento dos sujeitos englobados. Ao considerar a abordagem agroecológica no planejamento, também é fundamental refletir sobre as especificidades que ela impõe em relação ao percurso didático proposto – visto que o manejo baseia-se na diversidade e no equilíbrio dos ecossistemas naturais (NETO, 2010, p. 19), bem como em seus pilares quanto à soberania alimentar e à justiça social.

A revisão literária acerca do planejamento apresenta dois aspectos diretamente ligados ao sucesso da propriedade, sendo o primeiro condizente ao aspecto pedagógico representado pelos profissionais da educação que realizam o acompanhamento dos alunos. Para que o processo de aprendizado ocorra a partir de uma visita ao espaço rural e para que os conhecimentos passados sejam devidamente agregados, metodologias adaptadas aos diferentes níveis de ensino são necessárias. Tais formas de apresentação do conhecimento ao educando são denominadas práticas pedagógicas e tratam-se dos veículos utilizados pelos educadores ao criar situações e abordar conteúdos para alcançar os objetivos propostos (TEIXEIRA; WANDSCHEER; SOUZA, 2005, p. 7).

A preparação do percurso didático deve possuir o acompanhamento de profissionais da educação capacitados para atuar no contato com as turmas antes/durante/após as visitas por meio do uso de materiais estruturados e apropriados, além da “realização de atividades que abranjam metodologias experienciais e envolventes” (D’AGOSTINHO, 2008¹⁰ *apud* KLEIN; SILVA;

¹⁰ D’AGOSTINHO, L. Il profilo e le caratteristiche di una Fattoria Didattica. In: **La rete delle Aziende e delle Fattorie Didattiche in Sicilia**. La documentazione dell’esperienza, Regione Sicilia/Arpa, v. 2, 2008.

SOUZA, 2013, p. 4). O agricultor se insere nessa perspectiva através da sua figura, também educativa, com o dever de desenvolver uma boa capacidade de comunicação e habilidade com o público na transmissão de ideias, conhecimentos e experiências. Ele terá acompanhamento de um pedagogo desde o começo do projeto, de forma mais direta e constante, até a sua consolidação, de forma mais abrangente e distante. De acordo com Napoli (2006)¹¹, com base em Klein, Silva e Souza (2013, p. 4), cada propriedade é um espaço onde há muito o que se aprender, e, ao se considerar as singularidades existentes, é importante salientar que cada pessoa responsável pelas atividades educativas deve encontrar seu próprio modo de apresentar o mundo rural – não deixando de lado os objetivos do plano pedagógico.

O segundo aspecto apresentado para o sucesso da propriedade diz respeito à sua organização e segurança. Nesse âmbito, em relação à infraestrutura básica, aspectos como acessibilidade, áreas equipadas para receber os visitantes (ajustadas conforme com as legislações vigentes), instalações cobertas para atividades recreativas em dias chuvosos, dentre outros, devem ser considerados (D'AGOSTINHO, 2008 *apud* KLEIN; SILVA; SOUZA, 2013, p. 4).

Nesse panorama, Klein, Silva e Souza (2013, p. 4) exibem uma proposta para a elaboração de um projeto de Turismo Rural Pedagógico – adaptado de Caffarelli *et al.* (2010)¹² –, que conta com orientações estruturadas em 5 etapas e servem conjuntamente para auxiliar o agricultor/proprietário rural a ter uma visão mais ampla do processo. As etapas envolvem desde a sua idealização até a sua concretização e são pontuadas a seguir:

- 1) Definir um primeiro projeto: identificação e priorização de metas (possibilidade de parcerias técnicas ou financeiras, necessidades locais, etc.);
- 2) Identificar os recursos existentes (competências e disponibilidades necessárias, investimento financeiro, etc.);
- 3) Realizar um diagnóstico do território (público potencial, distribuição geográfica do público, localização e estruturação do ambiente físico, etc.);

¹¹ NAPOLI, L. A new reality for italian rural areas: educational farms. In: Universitat Degli Studi di Trieste. OpenStarTs: **l'archivio istituzionale d' Ateneo Trieste**. Trieste, 2006. p. 333-335.

¹² CAFFARELLI, J. et al. **Créer une ferme pédagogique: de l'idée à la realization**. Paris: Educagri, 2010.

4) Realizar um diagnóstico do local (abordagem da paisagem, acessibilidade, inventário das construções e terrenos, características de produção, etc.); e

5) Definir o formato do projeto pedagógico (objetivos, meios/recursos a serem utilizados, métodos e abordagens pedagógicas, divulgação do projeto, papel do pedagogo, etc.).

Ressalta-se que é através desta proposta que o presente projeto baseará sua construção – as informações referentes às etapas 1, 2, 3 e 4 são discutidas ao longo do capítulo **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA**, enquanto a etapa 5 será construída no capítulo **5 PROJETO DE TURISMO**. Ademais, os roteiros utilizados para a coleta de dados possuem referência ao construído por Barbieri (2014, p. 102) e são apresentados a seguir. O caráter agroecológico é levantado durante a pesquisa de campo e posteriormente incluso na adaptação proposta do projeto, onde será abordado o planejamento do Turismo Rural Pedagógico de base agroecológica.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste tópico são identificados o tipo de pesquisa, as técnicas empregadas, a delimitação da amostra e os instrumentos de coleta de dados, além de sua forma de análise, tabulação e interpretação dos dados.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Na caracterização da presente pesquisa, em oposição à preocupação com a representatividade numérica, considera-se uma abordagem qualitativa que se aprofunda na compreensão de um grupo social, meio ou ambiente – dentre outras formas de organização. O objetivo da amostra é produzir informações aprofundadas e coerentes aos aspectos da realidade, centrando-se na compreensão dos fenômenos em sua totalidade (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31-32).

Ao delimitar a pesquisa quanto aos objetivos considera-se seu caráter exploratório, ou seja, com base em investigações empíricas na formulação das questões levantadas (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 187), a pesquisa de campo leva em conta os objetivos delimitados e realiza-se em propriedades que já abordam as temáticas (como forma de obtenção de dados acerca do seu desenvolvimento, bem como exemplos projeções para a continuidade das atividades) e na propriedade inclusa na construção do projeto (com o levantamento das suas potencialidades, demandas e interesses). A investigação, portanto, almeja a formulação de questões/problema com a finalidade de, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 188) “desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa”.

O planejamento participativo como técnica de coleta de dados diz respeito à interação interdisciplinar e favorece “o surgimento de soluções mais criativas e ajustadas a cada realidade” (BROSE, 2010, p. 22), sendo a participação dos envolvidos no processo relacionada ao seu comprometimento e auto identificação – que visa contribuir para o pleno potencial de organização e execução do projeto. Além disso, um processo participativo conta com o

respeito a toda e qualquer contribuição identificada em sua construção, sendo inclusive estimuladas e valorizadas (BROSE, 2010, p. 23).

Outra técnica empregada concerne ao levantamento de dados, de caracterização marcada pela documentação indireta (pesquisa documental e bibliográfica) e direta (pesquisa de campo) (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 174-186). A pesquisa documental, parte advinda de fontes primárias, constitui documentos compilados pelo pesquisador para análise retrospectiva ou contemporânea do objeto de estudo. O material-fonte serve tanto como *background* ao campo de interesse, como também enquanto forma de orientação para a construção da pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 173-174).

A relevância da pesquisa bibliográfica dá-se pela sua capacidade de fornecer dados mais atualizados acerca do tema, caracterizada pelas fontes secundárias, ou seja, dentre toda a bibliografia pública existente (imprensa em geral e obras literárias) realiza-se um apanhado sobre as principais e mais pertinentes obras encontradas. Em vista disso, os documentos utilizados para a construção do presente trabalho tratam-se de livros, sites e periódicos referente às temáticas de turismo no espaço rural e turismo rural, turismo rural pedagógico, educação ambiental a agroecologia, bem como engloba as atividades e o planejamento das propriedades rurais.

Os levantamentos documentais e bibliográficos, neste contexto, são revestidos de importância para servir de suporte à investigação projetada na pesquisa de campo. A documentação direta auxilia no levantamento de informações no local onde os fenômenos ocorrem – como uma forma de compreender o ambiente no qual está inserida a pesquisa. Além disso, concomitantemente, na pesquisa de campo o contato direto também sugere o fornecimento de fontes úteis para a familiarização e aproximação do pesquisador com o objeto de estudo (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 157-158).

3.2 TÉCNICAS DE PESQUISA

Em relação às técnicas de pesquisa, Marconi e Lakatos (2002, p. 192) as referenciam enquanto um conjunto de preceitos utilizados por uma arte ou

ciência, além de uma habilidade de utilização de preceitos ou normas práticas. Adequando-se ao problema a ser estudado, as técnicas de pesquisa a serem utilizadas envolvem a observação direta intensiva e suas consequentes subdivisões em diversas categorias marcadas pelo sentido de obter certos aspectos da realidade – examinando fenômenos e fatos que o investigador deseja compreender.

A categoria designada quanto ao meio refere-se à observação assistemática (ou não estruturada), considerada informal, espontânea e simples. Tal abordagem é caracterizada pela recolha e registro dos fatos sem que o pesquisador utilize meios especiais ou realize perguntas diretas, sem controle prévio (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 192). Quanto ao lugar onde se realiza, a categoria de observação na vida real condiz com o que a própria designação indica: no meio onde o evento ocorre - registrando os dados à medida que forem acontecendo (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 194).

Em relação à participação do pesquisador, a categoria de observação participante é caracterizada pela sua identificação e envolvimento para com os investigados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 40). Integrando-se ao grupo, seu estudo se aproxima das atividades desempenhadas no local – sem, entretanto, perder o foco do seu objetivo. Ao adentrar a conceituação desta categoria, autores como Gil (1999), Silva e Grigolo (2002), com base em (RAUPP; BEUREN, 2006, p. 90-91), ressaltam a interação de todos os envolvidos no processo, possuindo o investigador a capacidade de adentrar-se à realidade apresentada para o alcance de resultados mais consistentes. Lado a lado com o observado, ele vivencia e trabalha no sistema de referência da comunidade (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 193).

Durante a pesquisa de campo, para a obtenção de dados nas propriedades, optou-se por utilizar a entrevista semiestruturada com perguntas abertas guiadas por roteiros-base em conversas informais (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 196-197), conforme objetivos específicos da pesquisa. O pesquisador tem liberdade de conduzir da forma que considerar mais adequada, sendo a estrutura mutável e flexível, e o entrevistado responder livremente, utilizando sua linguagem própria.

Com o enfoque na metodologia participativa, o papel do investigador-observador se converge à figura do moderador: é importante ressaltar que o

observador participante não possui influência na tomada de decisão no local inserido, entretanto ao integrar-se a figura do moderador este possui ação direta, tornando-se elemento responsável por assegurar o apoio metodológico, além de responsável por auxiliar nas demais orientações acerca da desenvoltura das dinâmicas para com o grupo investigado (BROSE, 2010, p. 27-33).

3.3 DELIMITAÇÃO DA POPULAÇÃO

De acordo com Gil (2002, p. 120), a necessidade da amostragem está ligada à ampla abrangência nos levantamentos – que as torna impossível de uma compreensão em sua totalidade. Ao delimitar uma amostra, ou seja, uma pequena parte dos elementos que compõem o universo considerado, os resultados obtidos tendem a aproximar-se daqueles que provavelmente seriam obtidos caso a dimensão considerasse todos os elementos contidos nesse meio.

Esse processo pode assumir diversas formas nos levantamentos sociais dependendo de sua função e/ou extensão, sendo o escolhido na presente pesquisa construído através da seleção não-probabilística. Ela é, conforme Dencker (1998), definida como qualquer tipo de amostragem na qual não há conhecimento sobre a possibilidade de escolha de determinado elemento do universo. Assim, a amostragem empregada foi por conveniência ou acessibilidade, considerada por Hair Jr. et al. (2010 *apud* BARBIERI, 2014, p. 46) como “um método de amostragem não probabilística no qual as amostras são selecionadas com base em sua conveniência para o pesquisador ou entrevistador” com o intuito de, a partir disso, representar seu universo de análise conforme os elementos aos quais tem acesso (GIL, 1991).

A escolha referente à quantidade de propriedades analisadas deu-se devido ao impasse da temática proposta ainda não ser muito recorrente (inserção da agroecologia na discussão acerca do turismo rural pedagógico) e, principalmente, ao tempo exigido pelo regulamento para a conclusão da presente pesquisa. O espaço Chão de Gaia foi escolhido como receptor do projeto também por conveniência de pesquisa, devido à sua proximidade com Curitiba e seu prévio envolvimento com os preceitos agroecológicos.

Posto isto, os sujeitos compreendidos foram divididos em dois grupos. O primeiro refere-se aos gestores e proprietários rurais inclusos em projetos de Turismo Rural Pedagógico consolidados (Viva Ciranda: Família Schroeder, Sítio Bela Vista e Terrinha Cultural) – como forma de buscar exemplos ativos no segmento. É importante salientar que tais propriedades não são necessariamente agroecológicas, limitando-se a conciliar o turismo com as atividades pedagógico-rurais. O Instituto Terrinha Cultural, nesse panorama, abrange atividades características do segmento de turismo rural pedagógico, mas não a designa como tal. Sua análise para a presente pesquisa é importante para incluir outras considerações acerca do que se enxerga enquanto turismo no âmbito rural. Demais dados são expostos na apresentação dos projetos consolidados, incluso no subcapítulo “4.1.3 Terrinha Cultural”. O segundo grupo remete à população-alvo definida com base nos objetivos da pesquisa, sendo os proprietários rurais agroecológicos delimitados na construção do presente projeto: a propriedade “Chão de Gaia”.

3.4 COLETA DE DADOS

Esta etapa da metodologia consiste em obter as informações sobre a realidade e que, de acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 165-166), trata-se do início da “aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos”. Uma vez manipulados os dados e obtidos os resultados, o passo seguinte é a análise e interpretação dos mesmos, constituindo-se ambas no núcleo central da pesquisa.

3.4.1 Construção do instrumento de coleta dos dados

Os instrumentos de coleta das entrevistas dizem respeito a dois roteiros com base nos dois primeiros objetivos específicos da presente pesquisa, sendo: o APÊNDICE 1 (Proprietários rurais e gestores de projetos de turismo rural pedagógico consolidados) correspondente ao objetivo específico “Pesquisar exemplos de projetos implementados envolvendo turismo rural pedagógico e agroecologia, seja como temas interligados ou de forma

individualizada” e o APÊNDICE 2 (Produtores agroecológicos da propriedade Chão de Gaia) ao objetivo específico “Identificar as demandas, interesses e potencialidades da propriedade Chão de Gaia”.

Ambos possuem referência ao roteiro construído por Barbieri (2014, p. 102) denominado “ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM PROPRIETÁRIOS”, no qual a autora aborda os aspectos: 1. Atividades da propriedade; 2. Estrutura física da propriedade; 3. Aspectos socioculturais; 4. Aspectos econômicos; 5. Turismo; 6. Suporte Organizacional; 7. Tempo Livre; e 8. Dados gerais sobre a propriedade.

As adaptações feitas de acordo com cada enfoque tratam-se, para o **APÊNDICE 1**: 1. Organização da propriedade; 2. Atividades da propriedade; 3. Estrutura física da propriedade; 4. Aspectos econômicos; 5. Aspectos pedagógicos; 6. Turismo; e 7. Dados gerais sobre a propriedade. Já em relação ao **APÊNDICE 2**, as adaptações dialogam acerca de: 1. Dados gerais sobre a propriedade; 2. Diagnóstico; 3. Estrutura física da propriedade; 4. Produção Agroecológica; 5. Recursos; 6. Formato do projeto pedagógico; e 7. Turismo.

Na busca por exemplos de planejamento no segmento de turismo rural pedagógico, a aplicação do APÊNDICE 1 foi realizada, em primeira instância e como teste, com envolvidos no Projeto Viva Ciranda, em Joinville/SC – em abril de 2018. É importante ressaltar que o roteiro base pode ser adequado às características e peculiaridades de cada região/propriedade, sendo expandido para a investigação em demais projetos a serem pesquisados no decorrer da pesquisa. Em seguida foi aplicado com os responsáveis pelo Sítio Belo Vista (Cananéia/SP), com o projeto sociocultural Terrinha Cultural (Bocaiúva do Sul/PR) e por último com a Família Schroeder (inclusa no Viva Ciranda – Joinville/SC) – todos entre os meses de agosto e setembro de 2019. Os resultados mencionados estão dispostos no subtítulo “**4.1 PROJETOS CONSOLIDADOS**”.

Já em relação ao roteiro estruturado disposto no APÊNDICE 2, conforme segundo objetivo específico do trabalho, o subtítulo “**4.2 PROPOSTA DE PROJETO**” elenca as respostas quanto aos dados da propriedade Chão de Gaia – para obtenção do levantamento de suas potencialidades, demandas e interesses. Dessa forma, uma visita de reconhecimento inicial foi realizada no local em 13 de abril de 2018 com o propósito de nortear a elaboração do roteiro

de entrevista. Por meio de tal interação foi possível adaptar os procedimentos metodológicos utilizados, em especial o instrumento de coleta de dados. Demais visitas e contato foram realizados a partir de agosto de 2019.

No quadro abaixo são demonstrados os detalhes de cada objetivo específico e quais foram os instrumentos utilizados para a coleta dos dados com cada um.

QUADRO 1 – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	FONTE DE DADOS	INSTRUMENTO DE COLETA
Construir referencial teórico correlacionando turismo rural, turismo rural pedagógico, educação ambiental e agroecologia	Secundária: fontes bibliográficas	Coleta de dados em fontes bibliográficas
Pesquisar exemplos de projetos implementados envolvendo turismo rural pedagógico e agroecologia	Primária e secundária: entrevistas e observação; fontes bibliográficas	Roteiro-base de entrevista semiestruturada (Apêndice 1); observação; coleta de dados em fontes bibliográficas
Identificar as demandas, interesses e potencialidades da propriedade Chão de Gaia	Primária e secundária: entrevistas e observação; fontes bibliográficas	Roteiro-base de entrevista semiestruturada (Apêndice 2); observação; coleta de dados em fontes bibliográficas

FONTE: A autora (2019).

Diante disso, destaca-se que o primeiro objetivo no quadro já foi exposto durante o capítulo 2. MARCO TEÓRICO que, por meio da utilização da pesquisa bibliográfica com o intuito de familiarização da autora sobre os temas estabelecidos, buscou em fontes secundárias (como livros, publicações e artigos científicos) a construção de aporte teórico – que permitisse o aprofundamento nos conhecimentos sobre os segmentos de turismo rural e turismo rural pedagógico e o envolvimento destes com as temáticas de educação ambiental e agroecologia.

3.4.2 Tabulação e interpretação dos dados

Após a coleta dos dados, de acordo com os procedimentos indicados, a análise dos dados compõe uma das principais ferramentas e condiz com o agrupamento e disposição dos dados de maneira coerente e organizada, possibilitando a interpretação para responder o problema da pesquisa. De tal

modo, no presente projeto, os dados obtidos (através das entrevistas e da observação) são apresentados por meio da classificação em categorias de acordo com os objetivos específicos e variáveis propostas nos Apêndices 1 e 2 – de modo que, segundo Dencker (1998), o pesquisador deve construir as categorias em grupos que apresentem similaridade nas respostas.

Com a organização desses dados é possível analisar os conteúdos para posteriormente fundamentar a proposta de planejamento do turismo rural pedagógico de base agroecológica. Parte do pesquisador o detalhamento a fim de conseguir responder suas indagações, assim como procurar estabelecer relações através dos níveis de explicação e especificação pertinentes ao estudo.

A interpretação, por fim, consiste na atividade intelectual utilizada para vincular demais conhecimentos acerca da temática – procurando ampliar as significações das respostas em relação ao tema e objetivos propostos. A atividade não possui somente a finalidade de ressignificar o material exposto, mas também apresentar conclusões esclarecedoras e acessíveis sobre. A importância de aspectos como a construção de esquemas e a ligação com a teoria, no processo apresentado, se confirmam através do processamento das informações transmitidas (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 165-166).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Neste tópico são apresentadas as propriedades identificadas e os resultados obtidos por meio da pesquisa de campo. Inicia-se com a caracterização dos projetos consolidados – Viva Ciranda: Família Schroeder, Sítio Bela Vista e Terrinha Cultural –, realiza-se o diagnóstico da Chão de Gaia e finaliza-se com a análise global dos objetos de estudo com a finalidade de atingir os objetivos específicos.

4.1 PROJETOS CONSOLIDADOS

Os diagnósticos dos projetos consolidados alinhados ao Turismo Rural Pedagógico, conforme dados coletados na pesquisa de campo e ao objetivo específico “Pesquisar exemplos de projetos implementados envolvendo Turismo Rural Pedagógico e agroecologia”, são dispostos a seguir e apresentam informações base para demais iniciativas agroecológicas que tenham interesse no segmento turístico.

4.1.1 Viva Ciranda: Família Schroeder

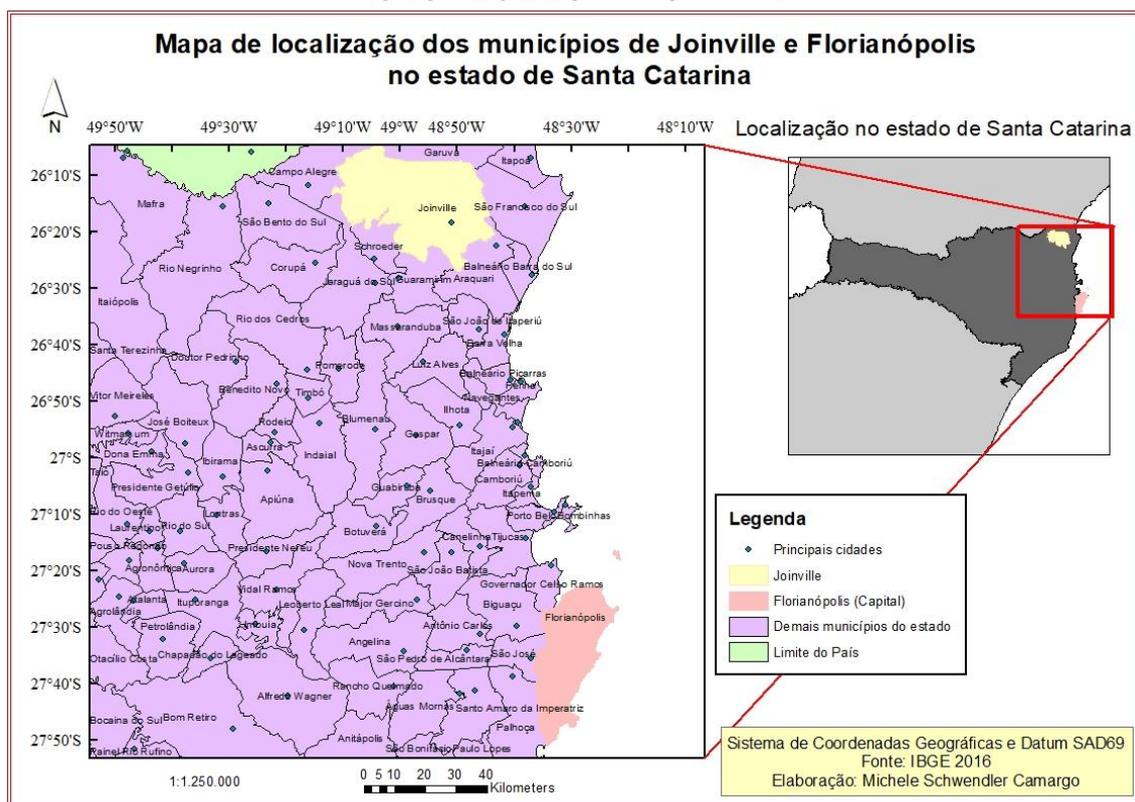
O Viva Ciranda é projeto de Turismo Rural Pedagógico de base comunitária criado pela Secretaria de Cultura e Turismo de Joinville (SECULT) – Santa Catarina, em 2011, que abrange diferentes especialidades – fauna, flora, horta orgânica, ervas medicinais, água e nascentes, trilhas e tratamento ecológico de esgoto, entre outros –, onde:

[...] o estudante aprimora o conteúdo apresentado em sala de aula, adquire novos conhecimentos sobre a vida rural e, ainda, aprende a cuidar melhor do meio ambiente. Além disso, o projeto estimula o desenvolvimento local e favorece a sustentabilidade da região, por meio da comercialização de produtos coloniais e do turismo rural (GUIA DO VIVA CIRANDA, 2018).

Ao contemplar propriedades de toda a parte rural de Joinville (FIGURA 3), a iniciativa atende os Centros de Educação Infantil (CEIs) e Escolas Municipais (até o 6º ano) e realiza gratuitamente a logística quanto aos ônibus – conta com saídas de terça à sexta-feira, no período matutino, e não inclui

colégios particulares. O agendamento deve ser realizado diretamente com o proprietário rural para, em seguida, solicitar o transporte com a coordenadora e pedagoga do projeto, Anelise Rosa. Atualmente são dois ônibus exclusivos para atender às crianças, de capacidade correspondente a 32 e 39 lugares.

MAPA 1 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE JOINVILLE E FLORIANÓPOLIS NO ESTADO DE SANTA CATARINA



FONTE: A autora (2019).

A existência do Viva Ciranda como um todo é um exemplo de projeto consolidado na área do Turismo Rural Pedagógico, sendo estudo de caso e modelo para diversos outros. Na construção do presente trabalho, entretanto, sua contribuição pesa mais no que diz respeito ao diagnóstico das atividades realizadas e do processo de captação de recursos e parcerias. Esses dados são de suma importância para a elaboração do Projeto de Turismo referente à propriedade Chão de Gaia (caracterizado no capítulo 5) e dialogam com a mesma nos capítulos a seguir.

Nesse panorama, sua implementação foi possível através de um edital do MTur (que forneceu capital para a realização de algumas viagens de intercâmbio para os produtores e proprietários rurais, em uma dinâmica a se

mostrar o desenvolvimento de demais projetos na área) e de parcerias técnicas como, por exemplo, a Secretaria Municipal de Educação de Joinville (SED), a Fundação Municipal do Meio Ambiente (FUNDEMA) – que disponibilizou um ônibus gratuito, em meados de 2014, para todas as turmas dos 3^{os} anos de 83 escolas municipais –, a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente (SEMA) – que forneceu um ônibus para saídas agendadas entre abril e maio de 2015, enquanto o ônibus do projeto estava em manutenção – e a Fundação 25 de Julho – que ofertou cursos de capacitação pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

A proposta pedagógica elaborada pela equipe responsável serve como referência para o desenvolvimento do presente projeto, sendo a cartilha produzida com base nos seguintes preceitos:

1. Aprendendo em meio à natureza: passeios voltados à valorização e preservação do meio ambiente, com foco no relevo, hidrografia, vegetação e clima;
2. Interagindo com animais: as crianças entram em contato com pequenos animais, conhecem seus hábitos e descobrem as diferenças e curiosidades de cada um;
- e 3. Brincando: com o resgate de brincadeiras tradicionais, as crianças têm experiências diferentes das urbanas e aproveitam a liberdade de brincar ao ar livre, com dinâmicas lúdicas e jogos cooperativos (GUIA VIVA CIRANDA, 2018).

De acordo com a descrição, é possível observar que a educação ambiental manifesta-se de todo como um atrativo e base na sua construção. As atividades nas propriedades abrangem desde demonstrações sobre a importância das nascentes até a colheita de alimentos e trilhas floresta adentro – sempre com a premissa de demonstrar às crianças a necessidade do cuidado com o ambiente que a cercam. O projeto pedagógico é trabalhado pelas professoras e previamente acordado com os agricultores quanto às dinâmicas a serem realizadas, sendo este acompanhamento obrigatório em visitas pelo projeto – Anelise, enquanto pedagoga responsável, auxilia e direciona os envolvidos no que se refere ao processo de aprendizagem. Em relação ao viés agroecológico, observa-se que não é abordada de forma aberta no Viva Ciranda e são poucas as propriedades inclusas que trabalham com agricultura e cultivo de orgânicos – os envolvidos atualmente são, em sua maioria, empresários que são proprietários de instâncias rurais e envolvem-se no turismo.

FIGURA 3 – REGIÕES CONTEMPLADAS: VIVA CIRANDA



FONTE: Guia Viva Ciranda (2018).

Uma das propriedades inseridas no projeto, desde sua implementação, trata-se da Família Schroeder – localizada na Área de Proteção Ambiental (APA) Serra Dona Francisca na região do vale do Rio Piraí, de endereço: Estrada dos Morros, 1600. Bairro Vila Nova, Joinville/SC –, gerida por Acácio e Salônia Schroeder. Dentre as compreendidas no Viva Ciranda, apenas a Família Schroeder é agroecológica. A inclusão partiu do anseio, pelos agricultores, em mostrar para as crianças de onde vem o alimento consumido na mesa de casa, no tocante à biodiversidade e demais aspectos rurais e de educação ambiental.

A oferta de atividades desenvolvidas envolve (FIGURA 4): Horta agroecológica; Criação de animais; Utensílios e ferramentas de trabalho; Trilha ecológica até o Rio Piraí; Balanço na árvore; Venda de produtos agrícolas; e Tratamento de esgoto (zona de raiz/fossa de evapotranspiração). Toda a organização é familiar, visto que não há recurso para contratação de mão de obra externa, e o contato para visita deve ser realizado diretamente com os agricultores.

FIGURA 4 – PROPRIEDADE FAMÍLIA SCHROEDER



FONTE: Guia Viva Ciranda (2018).

Em visitas pedagógicas referentes ao projeto, as crianças são divididas em grupos (FIGURA 5) e se revezam nos cuidados com a horta e no trato dos bichos. Aprendem também sobre o cultivo de verduras e legumes agroecológicos, tiram leite de cabra e ajudam a alimentar pequenos animais – envoltas em um espaço para aproximação do visitante à vida rural, envolvendo explicações diretas acerca do manejo da terra e do “saber fazer” rural.

FIGURA 5 – ACÁCIO EM ATIVIDADE COM CRIANÇAS



FONTE: Rogério da Silva / Secretaria de Comunicação de Joinville (2014).

Mediante dados coletados durante entrevistas na pesquisa de campo, percebe-se que o sítio atende a demanda do Viva Ciranda durante a semana,

mas também recebe visitantes sob agendamento (majoritariamente grupos familiares). Ademais, os proprietários disponibilizam espaço para eventos com capacidade média de 120 pessoas. Com visitas sazonais, Acácio enfatiza que atendem um grupo por vez para dar a devida atenção e hospitalidade turística necessária.

Para tal, cursos de capacitação foram imprescindíveis quanto ao desenvolvimento de capacidades e dinâmicas para se lidar, principalmente, com a educação infanto-juvenil (por exemplo, como captar a atenção das crianças e quais informações mencionar). Acácio e Salônia participaram de diversos cursos pelo SENAR, por intermédio da Fundação 25 de Julho, acerca de administração, gestão da qualidade (QT Rural), Turismo Rural e também de visitas técnicas a outras propriedades. Ele pontua que tais vivências foram essenciais e exemplifica que foi através de uma visita à Associação de Agricultores Ecológicos (AGRECO), em Santa Rosa de Lima/SC, que aprendeu sobre fossa de evapotranspiração – hoje também implementada na chácara.

FIGURA 6 – HORTA AGROECOLÓGICA FAMÍLIA SCHROEDER



FONTE: A autora (2019).

Com o apoio do Viva Ciranda e de recursos fornecidos pelo edital do MTur, os agricultores também viajaram para a França por 12 dias para conhecer mais acerca da implementação do Turismo Rural Pedagógico em

propriedades orgânicas. Ademais, ainda receberam profissionais e assistência quanto à organização do espaço e o correto manejo agroecológico.

Quanto à estrutura física da propriedade, Acácio relatou que houve a necessidade de construção da área principal para a recepção dos visitantes (um espaço coberto – “Rancho”, vide FIGURAS 7 E 8 – com cozinha e diversas mesas dispostas paralelamente) e do estacionamento, além da adaptação dos locais onde os animais ficam para a interação com as crianças. As demais estruturas previamente existentes foram aproveitadas, visto que são parte da operacionalidade da fazenda. Os recursos para as adaptações foram próprios, com auxílio de facilidades concedidas por meio do Cadastro Rural. Os agricultores, entretando, mencionaram que o espaço nunca foi aplicado em editais para captação de recursos ou em programas de financiamento para o desenvolvimento da atividade turística.

FIGURAS 7 E 8 – RANCHO CENTRAL FAMÍLIA SCHROEDER



FONTE: A autora (2019).

Por meio das entrevistas, ambos também dialogam acerca da principal fonte de renda que advém da comercialização dos produtos locais (majoritariamente o aipim, com venda local para cooperativas e para merenda escolar), com influência significativa no fluxo a partir da inserção da atividade turística (cerca de 30% do incremento total) – a taxa de visitação das visitas pedagógicas do Viva Ciranda é de R\$ 15 por visitante. Além da questão monetária, observa-se que o Turismo Rural trouxe um importante sentimento de valorização e reconhecimento para os agricultores e opção de uma oportunidade profissional para os filhos. Acácio relata:

A gente se preocupa bastante com os filhos e também com o que vai ser desse lugar depois que não estivermos mais aqui. Hoje tenho filho que trabalha como mão de obra pra agricultura convencional... e a gente não quer isso; é muito veneno. Os agricultores estão todos adoecendo trabalhando com a monocultura – se não estão ainda, vão ficar. [...] Nesse espaço nunca teve veneno, sabe? Nunca foi cogitada a ideia de trabalhar com agrotóxicos.

Com certificação pela Rede de Agroecologia Ecovida¹³, a agroecologia é desenvolvida com ações que se dão por intermédio da Cooperativa Dos Produtores Agroecológicos de Joinville e Região (COOPAVILLE) – entidade, atualmente com 59 sócios, que há 12 anos gerencia o comércio a retalho de alimentos em estabelecimentos especializados (FIGURA 9) – e pelo Grupo Vale do Itapocu, através da Ecovida.

FIGURA 9 – BANNER COOPAVILLE



FONTE: A autora (2019).

Acácio, que também é um certificador pela Rede, menciona que atualmente o setor melhorou significativamente:

¹³ A Rede de Agroecologia Ecovida, com formação oficial datada em 1998, é pioneira no desenvolvimento da certificação participativa de produtos orgânicos por meio da metodologia de Sistema Participativo de Garantia. Fonte: Ecovida. **Certificação**. Disponível em: <shorturl.at/mnrJZ>. Acesso em 02 de setembro de 2019.

A agricultura orgânica não era vista com bons olhos... Tiravam muito sarro da gente. Mudou muito de uns cinco anos pra cá, tem mais procura e conscientização sobre o efeito dos venenos na nossa alimentação. [...] Antes a gente não sabia sobre termos, não sabia o que era a agroecologia. Chamávamos tudo de agricultura natural. Hoje a gente explica a importância da conciliação de culturas, do manejo agroecológico.

Quanto ao processo pedagógico e à atividade turística, os agricultores só avaliam benefícios e enfatizam que a troca de experiências é um processo em que todos os envolvidos assimilam conhecimento “não é só as crianças que aprendem com as nossas explicações, a gente também aprende com eles”.

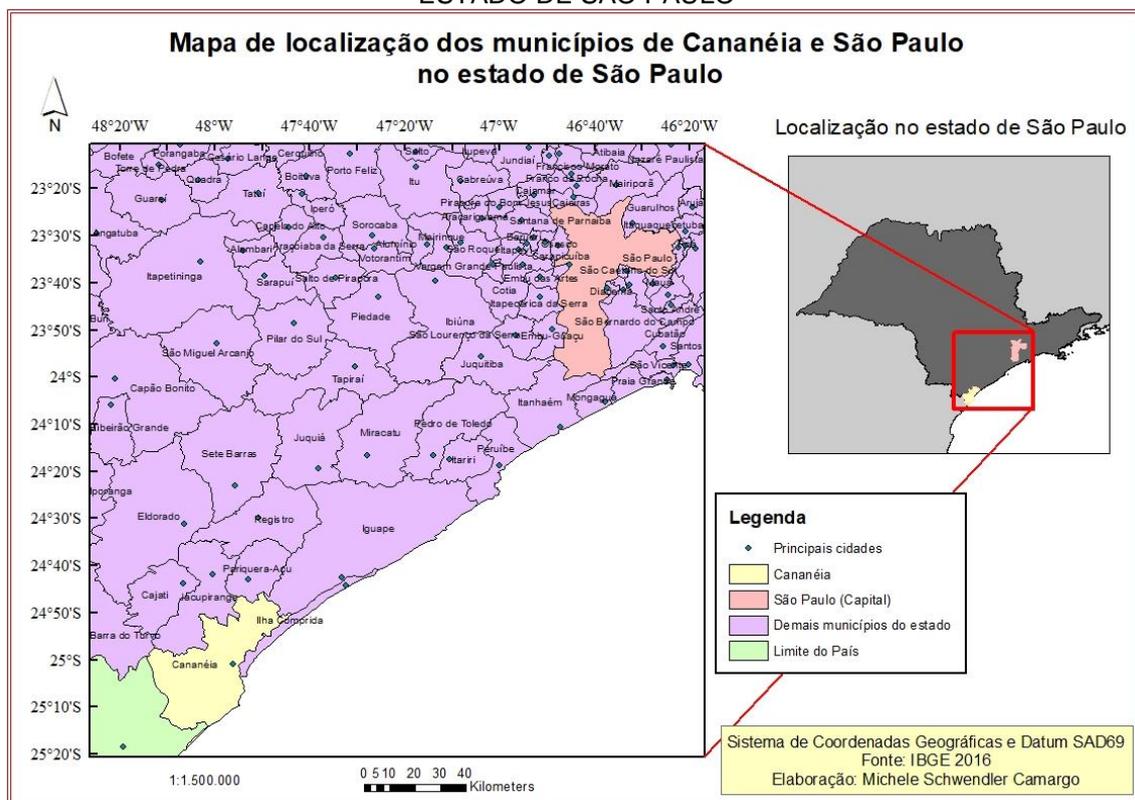
4.1.2 Sítio Bela Vista

Situado na área rural de Cananéia – São Paulo, a aproximadamente 260 km da capital do estado (vide MAPA 2) no Bairro Rio Branco (BR SP 193, S/N), o Sítio Bela Vista é um espaço de recuperação de áreas degradadas através de Sistemas Agroflorestais (SAF). Os SAF reúnem diversas culturas manejadas em consórcio com a floresta e constituem uma importante estratégia produtiva agroecológica.

A região, rodeada de mata nativa e inclusa no Vale do Ribeira, antigamente era um bananal que por anos degradou e tornou o solo empobrecido, menos fértil e de coloração escura. Com a introdução de SAF, o lugar se mostra recuperado com a presença de diversas árvores nativas da mata atlântica e um exemplo de biodiversidade.

A organização da propriedade é feita pelo agricultor e proprietário Clodoaldo Estevam Bernardo que há mais de 20 anos trabalha com o manejo desse sistema de produção, aliando a agricultura familiar e posteriormente, junto à sua companheira Suzete Bernardo, o advento do turismo rural. O contato para marcar as visitas deve ser realizado por intermédio dos mesmos.

MAPA 2 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE CANANÉIA E SÃO PAULO NO ESTADO DE SÃO PAULO



FONTE: A autora (2019).

Em seus aproximados 6 hectares, a oferta inclui a atividade turística (trilhas referente ao SAF, eventos e a disponibilidade de almoço na propriedade¹⁴), a apicultura e meliponicultura¹⁵, o cultivo agroecológico, a produção de processados (conservas, doces, geleias, dentre outros) e a venda de produtos naturais – não apenas para os visitantes: Clodoaldo e Suzete também participam da Feira do Produtor Rural que acontece todo sábado a partir das 6h na Praça do Rocio, no centro de Cananéia. O resultado das colheitas é então a principal fonte de renda, com a produção caracterizada:

[...] pela agricultura familiar e orgânica, onde a manutenção do espaço é realizada pela própria família do produtor e por trabalhadores locais, que compartilham seus conhecimentos sobre a terra e as vivências da própria região (SESC SP, 2018).

¹⁴ Os valores para a visita são de R\$ 50 (pacote com almoço incluso), R\$ 30 (somente almoço) e R\$ 20 (somente a visita). Suzete se encarrega dos almoços, enquanto Clodoaldo realiza o acompanhamento nas trilhas e as devidas explicações quanto às atividades desenvolvidas.

¹⁵ Criação de abelhas sem ferrão ou abelhas indígenas (espécies pertencentes aos Meliponíneos), especialmente as *meliponini* e *trigonini* (ABELHAS, 2019) – conhecimento há tempos praticado pelos povos nativos da América Latina.

Por meio do turismo, a orientação pedagógica é abordada principalmente nas visitas escolares quando as crianças têm a oportunidade de participar do plantio, colheita (como, por exemplo, da juçara – com a qual se produz palmito, fibras para artesanatos e uma espécie de “açai”) e de trilhas guiadas – acompanhadas pelas explicações de Clodoaldo acerca do sistema agroflorestal, da importância da agroecologia e da presença das abelhas nativas sem ferrão no ecossistema, dentre outros tópicos. As visitas pedagógicas, entretendo, não são realizadas apenas com crianças: Clodoaldo e Suzete recebem diversos grupos interessados em aprender sobre o manejo agroflorestal (agricultores da região, grupos religiosos, agências de turismo, comunidades indígenas, dentre outros) e realizam mutirões com o mesmo intuito. Clodoaldo também participa de seminários e ministra palestras acerca do desenvolvimento do SAF na propriedade.

FIGURA 10 – MANEJO DA HORTA: SÍTIO BELA VISTA



FONTE: Facebook Sítio Bela Vista (2018).

Em uma avaliação realizada por agricultores de Iguape/SP, após visita técnica no Sítio Bela Vista (FIGURAS 11 E 12) – promovida pela Divisão de

Agricultura da Prefeitura de Iguape (IGUAPE. Prefeitura Municipal, 2017), a fim de vivenciar experiências em agrofloresta e manejo de abelhas nativas –:

[...] o resultado foi positivo para o aprendizado de técnicas agroecológicas mais sustentáveis, reforçando as alternativas de desenvolvimento de atividades econômicas nas propriedades, além do fortalecimento da troca de saberes e vivências entre agricultores.

FIGURAS 11 E 12 – VISITAS À PROPRIEDADE SÍTIO BELA VISTA



FONTE: Facebook Sítio Bela Vista (2018) e Prefeitura Municipal de Iguape (2017).

A relação entre os agricultores e os professores é descrita por Clodoaldo e Suzete, em entrevista durante a pesquisa de campo, como ótima e se apresenta em uma dinâmica em que algumas escolas já trazem a proposta pedagógica referente ao que estão estudando no período curricular e outras só acompanham a visita para posteriormente efetuarem suas considerações em âmbito escolar.

Nesse contexto observa-se que a educação ambiental exerce um papel central e conecta todas as atividades realizadas. A integração entre o ambiente, a terra e os atores sociais envolvidos desperta a consciência para a urgência de outra dinâmica organizacional: a agroecológica – que de forma alguma é nova, visto seu desenvolvimento há séculos pelos povos tradicionais latino americanos, mas certamente desencorajada com o advento da mecanização do campo e a monocultura hegemônica.

As experiências com a meliponicultura também são de suma importância nesse processo de retomada da relação ser humano-natureza, visto que:

[...] o Bela Vista também é uma das casas do projeto SOS Abelhas Sem Ferrão, que há mais de dez anos realiza um trabalho de preservação das espécies nativas de abelhas sem ferrão, uma vez que elas são responsáveis por até 90% da polinização da vegetação nativa de alguns biomas (SESC SÃO PAULO, 2018).

O advento da atividade turística deu-se, segundo Suzete, de forma organizada a partir de 2003 no formato receptivo descrito como “pacote completo” (com almoço e a visita), sendo que já recebiam previamente grupos interessados em conhecer o sistema agroflorestal desenvolvido. Após adaptações, o Sítio Bela Vista participou, no biênio 2005-2006, do Circuito de Turismo Rural de Cananéia desenvolvido através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)¹⁶ e, após, continuou a se desenvolver individualmente no setor. Ela explica que o circuito contou com recursos para capacitação e orientação dos agricultores, inclusive um curso referente ao desenvolvimento do Turismo Rural – ministrado através do SENAR, o curso era uma das metas do projeto e contava com encontros a cada duas semanas durante alguns meses.

A agricultora relata que através do turismo houve também a necessidade da construção de um local para a recepção e atendimento dos visitantes. A estrutura física da propriedade hoje em dia abrange cozinha, recinto para refeições e banheiros – demais atividades são ao ar livre/ em espaço natural.

Atualmente, o fluxo de visitantes advém de colégios de Curitiba e da grande São Paulo, em sua maioria particulares. Os proprietários dialogam que não há incentivo das prefeituras da região para as escolas locais visitarem a propriedade e, apesar de haver interesse, muitas não tem condições para arcar com transporte e o custo da visitação. Devido à grande quantidade de visitas, com a média de 600 alunos por ano, eventuais contratações são feitas para auxiliar o casal com a organização e manejo.

Suzete comenta que os benefícios trazidos pela atividade turística envolvem principalmente a divulgação da propriedade e do trabalho realizado,

¹⁶ O MDA foi extinto em maio de 2016, durante o governo de Michel Temer, e através de medida provisória teve suas competências transferidas para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Posteriormente, foram novamente transferidas: desta vez para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República – SEAD. Fonte: BRASIL. Portal da Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada - **Decreto Nº 8.786, de 14 de junho de 2016** - Publicação Original. Disponível em: <<http://bit.do/fcSeZ>>. Acesso em: 14 out. 2019.

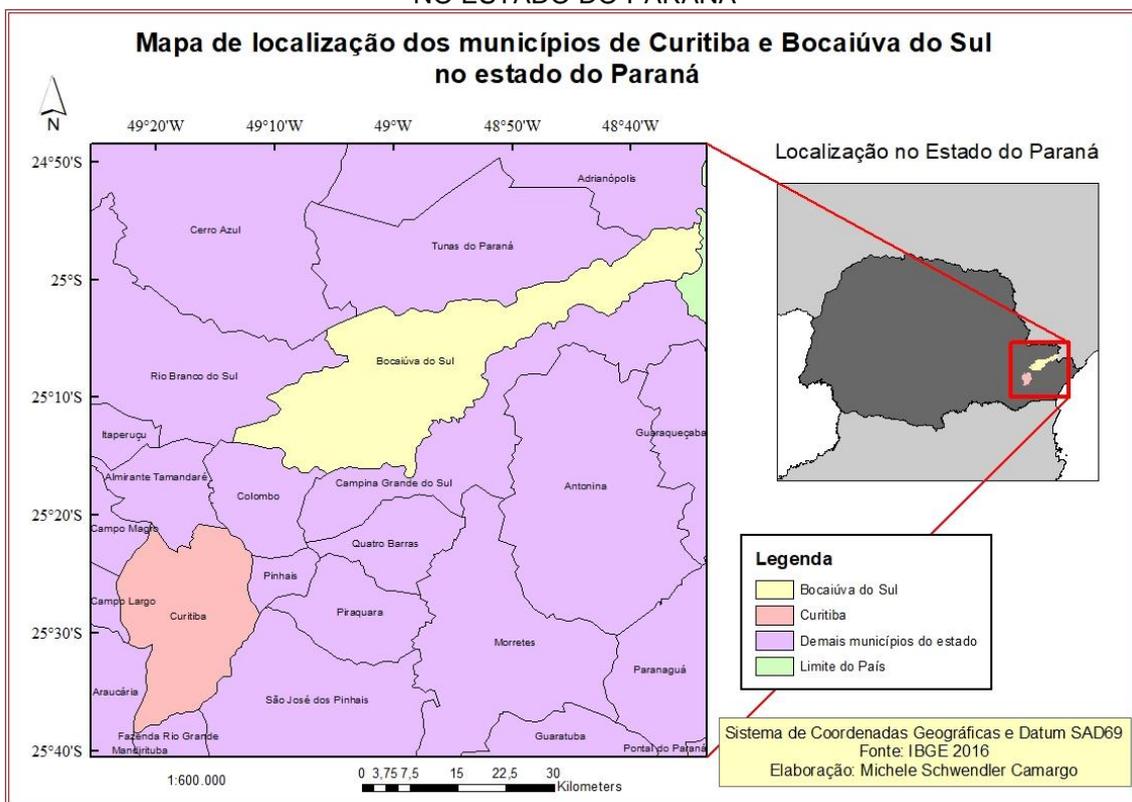
sendo uma alternativa social e economicamente viável para o fortalecimento da agricultura e a diversificação das atividades – representando um incremento na renda dos produtores rurais. Ainda discorre que, para funcionar, demanda tempo e organização: um trabalho integral e contínuo.

Clodoaldo e Suzete já participaram de diversos cursos de capacitação pelo Serviço Social do Comércio (SESC) e, principalmente, pelo SENAR – voltados à organização da propriedade e de suas atividades, como: meliponilização, produção de geleias, doces e sobre os SAF (inclusive com Ernst Götsch, referencia internacional no assunto). Suzete relata, durante entrevista realizada na pesquisa de campo, que “houve (a capacitação) porque para fazer as atividades com as crianças a pessoa tem que se aperfeiçoar – se adaptar cada vez mais e muitas vezes às realidades de cada escola também”. Ela também cita a importância de conhecer outras propriedades que fazem atendimentos semelhantes, para “ter uma noção de como funciona e do que se pode melhorar na sua propriedade [...] é bom ter uma orientação porque sempre surgem dúvidas”.

4.1.3 Terrinha Cultural

O Instituto Terrinha Cultural localiza-se em Bocaiúva do Sul, no Vale do Ribeira, sendo um município paranaense incluso na RMC a 41,60 km da capital (MAPA 3). Com uma população estimada de 12.477 habitantes em uma área territorial de 825,757 km², faz fronteira com os municípios de Colombo, Campina Grande do Sul, Tunas do Paraná, Cerro Azul e Rio Branco do Sul (IPARDES, 2018, p. 1-2).

MAPA 3 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE CURITIBA E BOCAIÚVA DO SUL NO ESTADO DO PARANÁ



FONTE: A autora (2019).

Situada no bairro Palmital, a Organização Não Governamental (ONG) sociocultural possui como logradouro a Estrada do Palmital (sem número) – a aproximadamente 11 km do centro de Bocaiúva, seguindo pela estrada de chão – e constitui-se de um projeto em andamento que já possui divulgação significativa e recursos iniciais próprios. O espaço tem como finalidade:

[...] o apoio e o desenvolvimento de ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente, através de atividades que promovam o acesso democrático à cultura, às artes, à ciência e à educação profissional, especial e ambiental (MUSEUS BR, [201-]).

O projeto foi construído pelo ator, professor e bonequeiro Renato Perré, diretor da Companhia de Teatro Filhos da Lua, em continuação ao trabalho iniciado e idealizado por sua mãe: a bonequeira Maria Tereza Carvalho Silva. Perré conta, em entrevista ao jornal Gazeta do Povo (2005), a intenção de despertar a atenção dos “moradores-mirins” para a beleza e os recursos naturais do Vale do Ribeira e explica que “embora a cidade grande

seja atraente, existe uma possibilidade de vida muito melhor no campo – mas para isso é necessário aprender a respeitar e preservar as riquezas da região”.

FIGURA 13 – PLACA DE INDICAÇÃO PARA TERRINHA CULTURAL



FONTE: Gazeta do Povo (2013).

A organização para as visitas funciona diretamente com os responsáveis, Renato Perré e Nica Bonfim, depende da disponibilidade e atualmente possui um público majoritariamente constituído de escolas do campo da região (além de algumas da capital). As atividades são desenvolvidas na Terrinha enquanto ONG desde 2010, porém previamente como projeto paralelo a Filhos da Lua desde 2005. O trabalho atende gratuitamente aproximadamente 200 crianças por ano, de faixa etária entre 7 e 14 anos, e possui apoio logístico do transporte escolar pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Bocaiúva do Sul.

Por meio de entrevistas realizadas durante pesquisa de campo, Perré discorre que em todas as atividades o conteúdo central é o contato com a cultura popular e a educação ambiental (FIGURA 14). A ênfase é a expressão artística e principalmente o teatro em contato com o meio ambiente, abordando a biodiversidade local através de um espetáculo de bonecos – integrando os visitantes na própria confecção do cenário. O viés pedagógico tem como eixo o exercício da reflexão da realidade, o desenvolvimento da sensibilidade e

criatividade, buscando estimular percepções profundas e holísticas sobre o equilíbrio ecológico.

FIGURA 14 – RENATO PERRÉ EM ATIVIDADE COM CRIANÇAS



FONTE: Gazeta do Povo (2013).

O auxílio no acompanhamento pedagógico é feito em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e o departamento das escolas do campo, além das professoras responsáveis por acompanhar as turmas nas visitas. A relação entre esses sujeitos é da mais intrínseca simbiose, visto o objetivo comum quanto ao desenvolvimento das crianças ali presentes:

Perré busca com o projeto algo ainda maior: promover um crescimento pessoal e de autoestima nas crianças, cuja cultura camponesa continua bastante atrelada ao trabalho. O Terrinha Cultural é, portanto, um espaço de abstração e de contato com a sensibilidade, o que é promovido pela arte. O projeto faz com que a criança faça um contato consigo mesma, com uma sensibilidade individual (RUPP, 2013).

Ademais, Perré relata que a troca de experiências é de um todo benéfica e eles até conseguem proporcionar algumas oficinas de iniciação artística para as professoras, principalmente na área do teatro de bonecos. Ele, entretanto, identifica a necessidade de uma melhor organização quanto ao acompanhamento pedagógico e da presença de um(a) pedagogo/a nas atividades.

FIGURA 15 – INSTITUIÇÃO TERRINHA CULTURAL



FONTE: A autora (2019).

A estrutura física condiz com a casa onde se realizam as atividades e espetáculos (FIGURA 15), um gramado ao ar livre, um pequeno espaço com horta e criação de animais, além de uma área de vegetação nativa. Ao longo dos anos, conciliado ao advento da atividade pedagógica, as estruturas foram adaptadas e melhoradas – investimentos possíveis por meio de recursos públicos (via editais, prêmios¹⁷, etc) e pelos próprios responsáveis.

A principal fonte de renda não advém da atividade pedagógica e não exerce influência na geração de renda dos envolvidos, visto seu caráter não lucrativo. Ademais, Perré reitera que projeto mantém-se desde o começo de forma voluntária, contando com o auxílio daqueles que atuam diretamente na manutenção do projeto e da propriedade. O bonequeiro afirma que há a intenção de contratar funcionários, mas que os atuais recursos não são

¹⁷ Em 2019, a Terrinha Cultural recebeu o Prêmio Culturas Populares 2018 - edição Selma do Coco na categoria “Mestre de Cultura Popular” em nome de Renato Perré. O edital, atualmente realizado através da Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania e anteriormente por meio do extinto Ministério da Cultura (MinC), premia iniciativas que visam fortalecer e dar visibilidade a atividades da cultura popular e tradicional de todo o Brasil. Na Terrinha, parte desse recurso foi investido na ampliação do refeitório e reformas na cozinha – o que possibilitou a vinda de um público maior e mais diversificado para o espaço. Fonte: BRASIL. Cultura Viva. **Saiu resultado final da premiação: MinC investirá R\$ 10 milhões em 500 iniciativas culturais populares.** Disponível em: <<http://bit.do/ff2UJ>>. Acesso em: 25 set. 2019.

suficientes para tal – observa-se que, com o advento da atividade turística organizada como forma complementar de renda, isso se concretize.

Considerada um “exemplo de militância” no campo, é importante ressaltar que o surgimento das atividades deu-se pelo contexto da necessidade da disseminação da arte no campo, da urgência da aproximação das crianças do teatro, da música e da reflexão sobre o meio ambiente. O desenvolvimento do que é aqui categorizado enquanto Turismo Rural Pedagógico, conforme conceituações no âmbito acadêmico, para os responsáveis não é diagnosticada como tal e ocorre de maneira espontânea. Ademais, não há visitação de público não escolar até agora e o turismo é visto como um grande potencial a ser desenvolvido – há a intenção em atividades mais contínuas para o público em geral, mas Perré aponta que “para que essas ações sejam implementadas de forma mais significativa, necessitamos de um planejamento estratégico mais eficiente e profissional”.

O responsável também cita, durante a pesquisa de campo, que referente à agroecologia ainda estão em um processo “no que diz respeito à ações mais intensas, contínuas e concretas no campo”. A abordagem é representada de forma complementar a essa dinâmica com a natureza e o campo em que se almeja construir. Seu desenvolvimento é muito importante para o cenário incentivado pelos envolvidos, visto que segundo o bonequeiro:

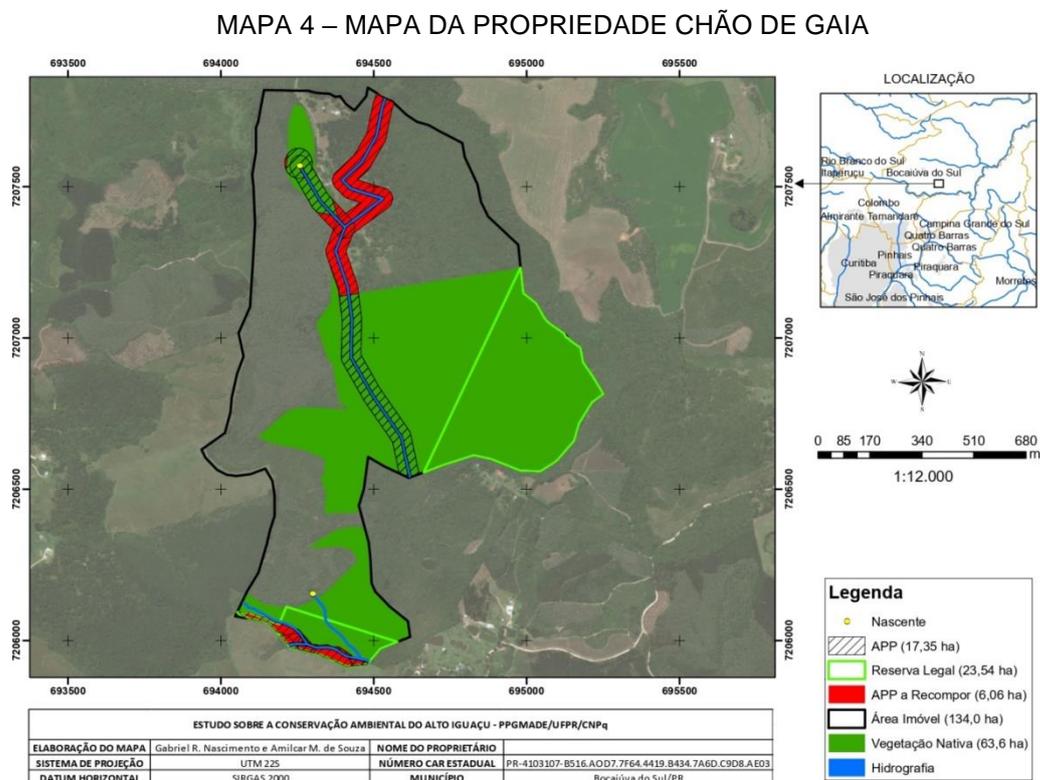
A comunidade do entorno do Instituto tende a abandonar formas tradicionais e orgânicas de cultivo, como o ciclo da Bracatinga. Esse processo está mudando a paisagem, os hábitos culturais, a saúde e a autonomia alimentar dos pequenos agricultores. A questão da diminuição dos recursos hídricos por conta da necessidade de água das plantações de pinus e eucalipto é um debate a ser levado aos órgãos ambientais estaduais e federais (IAP e IBAMA).

Nesse sentido, identificada a necessidade no tocante a atividades que condizam com as práticas e princípios agroecológicos, verifica-se que as descrições dos projetos consolidados estão em concordância com o objetivo referenciado previamente e são exemplos quanto à viabilidade de inserção das atividades de educação ambiental e propriamente do Turismo Rural Pedagógico. Destaca-se que a análise comparativa em relação aos dados dispostos nos subcapítulos anteriores é apresentada posteriormente na seção

4.3 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS, após o diagnóstico da propriedade Chão de Gaia.

4.2 DIAGNÓSTICO DA PROPRIEDADE CHÃO DE GAIA

A propriedade Chão de Gaia também fica localizada em Bocaiúva do Sul (vide MAPA 3), faz fronteira (ao sul) com a Terrinha Cultura e possui o mesmo logradouro que o Instituto – anteriormente descrito no subcapítulo 4.1.3. Em estudo apresentado sobre a Conservação Ambiental do Alto Iguaçu, por Nascimento e Souza (2019)¹⁸, observa-se que a terra, de 134 hectares, é composta por uma área de Reserva Legal (correspondente a 23,54 ha), Vegetação Nativa (63,6 ha), APP (17,35 ha) e uma APP a recompor (6,06 ha). Nesse cenário, a importância da construção de um projeto pedagógico-ambiental também leva em consideração as áreas de conservação delimitadas e, conforme MAPA 4, a existência de duas nascentes na propriedade.



FONTE: Gabriel R. Nascimento e Amilcar M. de Souza (2019).

¹⁸ O estudo *referido* foi cedido pelos autores para a caracterização da propriedade, com inclusão autorizada no trabalho em questão. O estudo referente à Conservação Ambiental do Alto Iguaçu ainda não havia sido publicado até a data de finalização da presente pesquisa, impossibilitando seu referenciamento.

Adquirida há 40 anos pelo avô de Carina Biancardi, o espaço é gerenciado pela atual proprietária e seu companheiro, Cristian Fritz – além do irmão e pai de Carina, responsáveis por outra parte da área total. Carina é nutricionista e por mais de 5 anos fez parte do corpo docente do curso de graduação em nutrição da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC), trabalhando atualmente em um restaurante no Bigorriho (em Curitiba/PR). Ela é, também, atual presidente da Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA), no segundo ano de seu mandato. A Associação é uma ONG ligada à Ecovida e em 2016 completou 20 anos de funcionamento.

Com certificação orgânica, desde 2015, pela Rede Ecovida, o enfoque que a propriedade anseia em promover integralmente refere-se à produção agroecológica de alimentos – como hortaliças e verduras, atualmente ligadas à subsistência da família –, o desenvolvimento de SAF, da meliponicultura e a construção de um viveiro de mudas para distribuição aos visitantes. Em relação ao diagnóstico, as atividades de Turismo Rural Pedagógico idealizadas pelos responsáveis envolvem, inicialmente:

- **Educação Nutricional e Alimentar:** colheita de insumos locais e a partir disso o aprender brincando no preparo de refeições. Aliar a formação profissional da proprietária com as atividades, realizar o diálogo acerca da importância da soberania alimentar e dos conhecimentos tradicionais, das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC), qualidade, origem e valor nutricional dos alimentos.
- **Preservação e Conservação Ambiental:** importância da biodiversidade – trilhas na área de vegetação nativa, contato com o curso d'água/nascentes e com abelhas nativas.
- **“Saber-fazer” rural agroecológico:** explicações acerca do desenvolvimento de SAF, valorização da cultura rural envolvendo atividades do dia-a-dia do agricultor, tradições locais e o preceitos agroecológicos de diversidade.

O público potencial, de acordo com a visão do projeto pedagógico, condiz com as crianças de faixa etária de 7 a 14 anos – mas não se restringe a tal, visto que o objetivo é criar um ambiente favorável à troca de experiências e conhecimentos de todos envolvidos nos processos das vivências. Dentre a

demanda já existente, Carina cita os encontros que realiza acerca do Sagrado Feminino, por exemplo, e visitas de estudantes universitários para estudar aspectos da propriedade como fauna, flora e cursos d'água.

As prioridades refletem na necessidade, apontadas pelos proprietários durante pesquisa de campo, de gerir o espaço em uma relação autossustentável e autogestionado. Em um panorama em que se evidencia a importância da educação ambiental, Carina cita o interesse em conceber projetos em conjunto à Terrinha Cultural (com quem possuem um bom relacionamento e já auxiliam na construção de eventos regionais, como a festa do milho e da colheita).

As necessidades locais identificadas referem-se à preocupação quanto ao nível de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), principalmente pertinente à escolaridade. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano, o IDHM de Bocaiúva do Sul em 2010 foi de 0,640, situando o município na faixa de desenvolvimento médio, sendo seus componentes: longevidade, renda e educação. Dentre estes, com índice de 0,473 (considerado nível “muito baixo”), a educação é a que menos contribui com a nota – apesar disso, é o indicador que mais cresceu em termos absolutos desde o último Censo (ATLAS BRASIL, 2013).

Outra preocupação e necessidade, expressada por Cristian durante entrevista, concerne às extensas plantações de eucalipto e pinus na região, pois são árvores que além de não serem nativas, requerem grandes quantidades de água durante os anos iniciais de plantio e desestabilizam o ecossistema (mesma preocupação expressada em pesquisa de campo por Perré, responsável pela Terrinha Cultural).

As estruturas físicas atualmente contam com uma casa em processo de bioconstrução, uma tenda Tipi de lona, dois banheiros secos externos e área para camping em um gramado sem cobertura. Ademais, Cristian menciona que projeta-se a construção de uma cúpula geodésica em bambu, um espaço comunitário coberto e uma cozinha externa adaptada em um container já existente no local – observa-se, portanto, que as adequações a serem feitas vão desde infraestrutura básica até espaços principais para a realização das atividades e recepção dos visitantes. A acessibilidade e a segurança são limitadas, visto a questão geográfica e o processo de adaptação

da propriedade, e devem ser ajustadas conforme legislação vigente. Realça-se que, conforme dialogado anteriormente no subcapítulo 2.4, esses são aspectos essenciais no sucesso da organização e na construção do projeto (capítulo 5).

Os recursos financeiros iniciais disponíveis na propriedade Chão de Gaia são escassos, tanto para continuar/finalizar a construção de estruturas físicas, quanto para as necessárias ao desenvolvimento do projeto – Carina avalia este enquanto um dos pontos fracos. No cenário referido, considera-se a necessidade de captação de recursos, seja por financiamento coletivo, parcerias técnicas – com organizações como o CPRA e a AOPA – ou pela aplicação de editais de incentivo à educação, turismo e cultura, dentre outras opções. Contudo, no que concerne aos recursos humanos, mutirões estão programados no último domingo de cada mês para auxiliar na construção das estruturas e no manejo agroecológico.

4.3 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Através dos dados coletados foi possível verificar que a organização dos projetos consolidados é realizada pelas famílias dos envolvidos e é com eles também o contato para marcar as visitas, sem alterações significativas nas atividades exercidas para além das práticas já existentes e desempenhadas (corroborando com o descrito no capítulo 2 quanto à adaptação necessária para o planejamento do Turismo Rural Pedagógico).

Apesar do teor familiar no turismo e nas demais atividades das propriedades, observa-se que há a necessidade de contratação de funcionários para as atividades agrícolas e de produção, neste caso: a Família Schroeder e a Terrinha Cultural mencionam que ainda não contrataram por falta de recurso, e o Sítio Bela Vista contratou funcionários considerados diaristas – de acordo com demanda e quantidade de trabalho a ser realizado no dia.

As ações desenvolvidas (QUADRO 2) consideram a faixa etária dos atores sociais e no caso das crianças o plano curricular. Verifica-se que as propriedades analisadas lidam com atividades semelhantes, porém abordagens distintas – assumindo características próprias para cada configuração socioespacial.

QUADRO 2 – ATIVIDADES PELOS PROJETOS CONSOLIDADOS

Família Schroeder	Sítio Bela Vista	Terrinha Cultural
Horta agroecológica; Criação de animais; Utensílios e ferramentas de trabalho; Trilha ecológica até o Rio Pirai; Balanço na árvore; Venda de produtos; e Tratamento de esgoto por zona de raiz.	Trilhas referente ao SAF; Eventos (palestras, mutirões); Disponibilidade de almoço na propriedade; Apicultura e meliponicultura; Cultivo agroecológico (colheita e plantio); Produção de processados; e Venda de produtos naturais.	Educação ambiental em meio rural desenvolvida por meio do teatro em contato com o meio ambiente abordando a biodiversidade local; Festas regionais (da biodiversidade, do milho crioulo)

FONTE: A autora (2019).

Referente às atividades projetadas na Chão de Gaia, observa-se uma base ligada à ruralidade local com diversas variáveis – que visa alavancar a produção cultural e o desenvolvimento rural, bem como disseminar o método agroecológico como alternativa produtiva e de organização social. A oferta consiste em atividades que buscam a valorização do contato com o cotidiano local, mediante interação consciente dos agentes envolvidos e a ampliação dos conhecimentos sobre os hábitos locais e a cultura, envolvendo a conservação ambiental e a troca de experiências em seu processo (a descrição das atividades propostas é apresentada no subcapítulo 5.2.1).

Nesse âmbito, é importante reforçar que, assim como descrito no subcapítulo 2.4, o “sucesso” da propriedade leva em consideração dois aspectos: organização e segurança; e a preparação pedagógica. Quanto ao primeiro quesito, constata-se que as principais mudanças são quanto à construção de estruturas para a recepção e atendimento dos visitantes e a melhoria das instalações já existentes para a organização do espaço. A seguir, no QUADRO 3, estão expostas as adaptações efetuadas nos projetos analisados, se tratando de forma unânime em ampliações da cozinha, espaços para refeições e daqueles destinados à recepção dos visitantes.

QUADRO 3 – ADAPTAÇÕES NAS ESTRUTURAS PARA O TURISMO

Família Schroeder	Sítio Bela Vista	Terrinha Cultural
Construção do Rancho para atendimento dos visitantes (com cozinha, banheiro e mesas) e do estacionamento; reforma de espaços já existentes.	Construção dos espaços para a recepção e atendimento dos visitantes: cozinha, espaço para refeições e banheiros.	Ampliação do refeitório e reformas na cozinha.

FONTE: A autora (2019).

A respeito do segundo item, o projeto pedagógico e acompanhamento realizado por profissionais da área da educação são imprescindíveis no que tange o segmento do Turismo Rural Pedagógico. Observa-se que todas as propriedades possuem assistência especializada (QUADRO 4), seja pelos professores durante as visitas ou por entidades municipais. Quando ocorre no decorrer, os responsáveis pelas propriedades, em diálogo com os educadores, ministram atividades que condizem com a faixa etária e os atuais temas de aprendizagem nas escolas.

QUADRO 4 – PREPARAÇÃO PEDAGÓGICA

Família Schroeder	Sítio Bela Vista	Terrinha Cultural
Projeto pedagógico elaborado pela coordenadora e pedagoga do Viva Ciranda, por meio da SECULT, além do acompanhamento realizado pelos professores durante as visitas.	Algumas escolas trazem a proposta pedagógica referente ao que estão estudando no período curricular e outras só acompanham a visita para posteriormente efetuarem suas considerações em âmbito escolar.	Acompanhamento pedagógico feito em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e o departamento das escolas do campo, além das professoras responsáveis por acompanhar as turmas nas visitas.

FONTE: A autora (2019).

Os cursos de capacitação também foram citados pela Família Schroeder e Sítio Bela Vista como primordiais – aos quais participaram dos ministrados gratuitamente pelo SENAR. Relataram, igualmente, acerca da pertinência de se conhecer propriedades semelhantes, visto que cada agricultor trabalha de um modo e incrementa técnicas diferentes. A intenção de participar de cursos na área também é manifestada pelos responsáveis pela Terrinha Cultural e, propriamente, pela Chão de Gaia. Através da observação quanto à assistência especializada para o Turismo Rural Pedagógico, observou-se que esta é escassa e foi identificada a oferta de cursos de capacitação para o segmento apenas no estado de São Paulo – no que tange a atividade turística no campo, majoritariamente tratam-se da capacitação para o turismo rural de forma geral.

No que tange os aspectos econômicos, é notável que o incremento da atividade turística gera uma nova oportunidade e auxilia na complementariedade de renda, mas não substitui a agricultura enquanto principal atividade econômica (com exceção da Terrinha, que não lida com a

venda de produtos agrícolas). Quanto à captação de recursos, verifica-se a potencialidade do segmento e das possibilidades de incentivo por meio de editais para seu desenvolvimento (QUADRO 5) – em sua maioria acerca do Turismo Rural –, bem como parcerias com Secretarias dos municípios para auxílio logístico. É um aspecto importante para a elaboração do capítulo 5 PROJETO DE TURISMO, visto que é visualizado como o principal empecilho e preocupação pelos responsáveis da Chão de Gaia.

QUADRO 5 – CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Viva Ciranda	Sítio Bela Vista	Terrinha Cultural
Edital do MTur para recursos quanto ao desenvolvimento do projeto. Transporte através da SECULT.	Edital do MDA para desenvolvimento do Circuito de Turismo Rural, que proporcionou cursos de capacitação aos envolvidos.	Auxílio logístico pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Bocaiúva do Sul.

FONTE: A autora (2019).

Constata-se que a agroecologia, como ciência integradora, intermedia os conhecimentos dos agricultores e influencia mudanças estruturais significativas, principalmente no que tange a mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais. As preocupações envolvem a retomada de uma consciência integradora entre o ser humano e seu entorno, onde os atores sociais reforçam a importância da abordagem devido ao seu enfoque na diversidade e no equilíbrio dos ecossistemas. Sua abrangência, de acordo com preocupação expressada por Carina e Cristian, é de suma importância ao demonstrar para a comunidade a possibilidade de outra forma de produção – como alternativa à hegemônica. Isso se evidencia no contexto da existência de monocultura nas redondezas, que auxiliam na devastação do ambiente e separam o homem da sua relação com a natureza.

A orientação agroecológica, entretanto, não é apresentada na construção do projeto pedagógico conforme seus princípios base (em relação à soberania alimentar, à justiça social e à sustentabilidade ambiental). Conforme descrito no marco teórico, a agroecologia não se trata de uma mera abordagem

agrícola: é uma forma de resistência na construção de alternativas mais ambiental e socialmente justas em oposição ao modo de produção atual baseado em extensas monoculturas e em tecnologias controladas pelas grandes corporações.

Aufere-se a importância da ruralidade como atrativo, da dimensão e do valor da agroecologia ao integrar todas as relações às quais permeia – de tal modo, visa demonstrar que há alternativas sistêmicas que estão em sintonia com os ecossistemas locais e disseminam saúde e o bem viver. Prontamente, é perceptível a mudança e os aspectos positivos que a atividade turística promove no que tange a sociabilidade dos proprietários rurais e o desenvolvimento das ações pedagógicas. Os pontos mais citados foram o sentimento de valorização e a oportunidade de troca de experiência com as crianças em contato com o campo e a natureza.

No decorrer das observações na pesquisa de campo verificou-se que todos os projetos analisados abordavam a agroecologia e, a partir disso, houve a necessidade de adaptar o roteiro-base de perguntas aos projetos consolidados (APÊNDICE 1) quanto à inserção de tópicos específicos correlacionando a educação ambiental, a agroecologia e demais aspectos socioculturais – com base nessas adaptações e para facilitar a visualização, o **APÊNDICE 3** foi elaborado.

Ao correlacionar as etapas elencadas por Klein, Silva e Souza (2013, p. 4) que envolvem desde a idealização até a concretização de um projeto de Turismo Rural Pedagógico, é possível fundamentar que as informações coletadas acerca da organização da Chão de Gaia são condizentes à proposta e, com base na presente pesquisa, reforçam o seu potencial de atuação e adaptação. Por fim, o estudo das propriedades é de fundamental importância, pois, de acordo com Portuguez (1999, p. 93), “é em seu interior que a visitação ocorre, registra seus benefícios seus malefícios”.

Conciliando as práticas contempladas no desenvolvimento segmento turístico – com base no apresentado por Klein (2012, p. 172) – e respondendo ao problema central da pesquisa “De que forma inserir o Turismo Rural Pedagógico em propriedades agroecológicas?”, o projeto de turismo a seguir elucida as relações entre as temáticas dispostas no marco teórico e constrói uma proposta com base nas informações coletadas na pesquisa de campo.

5 PROJETO DE TURISMO

Após estudo compilado no marco teórico quanto às temáticas conceituadas, em relação à disposição dos procedimentos metodológicos e referente à análise e interpretação dos dados acerca da pesquisa de campo, a presente seção desenvolve o projeto de turismo – que responde ao problema central e ao objetivo geral da pesquisa.

5.1 DESCRIÇÃO DO PROJETO

A proposta da presente pesquisa trata-se da elaboração de um projeto para a inserção do Turismo Rural Pedagógico de base agroecológica que será realizado na propriedade Chão de Gaia – em razão de possuírem interesse no desenvolvimento do segmento e já estarem alinhados aos preceitos agroecológicos. Consiste, portanto, na descrição das etapas necessárias, profissionais e parceiros envolvidos, em um âmbito no qual o papel central da autora constitui-se em auxiliar na implementação do turismo rural diante do formato de assistência técnica.

O **público alvo** são os alunos do Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano, das escolas municipais de Bocaiúva do Sul (PR) e de colégios particulares da RMC. A escolha deve-se à necessidade apontada, conforme pesquisa de campo, acerca do baixo IDHM no que tange a educação da região e da demanda das instituições particulares para o segmento. O direcionamento possui como base os projetos consolidados investigados na análise, além de outros exemplos pelo país.

Será realizado pelos responsáveis da propriedade com auxílio de profissionais e amigos voluntários, que já estão atualmente auxiliando na construção das estruturas físicas do local, em cronograma estabelecido no capítulo 5.2.1. (com início estipulado em março de 2020) e conta com a captação de recursos através de parcerias e editais de financiamento e incentivo para o desenvolvimento do Turismo Rural.

A relevância e motivos dessa construção, portanto, conforme dados apresentados nos capítulos anteriores, se traduz na educação ambiental firmada como uma obrigatoriedade nacional por intermédio da Constituição de

88, seu enfoque no exercício da cidadania e inserção transversal nos PCNs. Conjuntamente, a elaboração de atividades desse viés através de preceitos agroecológicos é de suma importância devido aos seus pilares integradores quanto à diversidade, o equilíbrio dos ecossistemas naturais, a relação homem-natureza e sua abordagem sistêmica englobando demais disciplinas do conhecimento. Nesse quesito, o desenvolvimento da agroecologia também é imprescindível ao se discutir sobre desenvolvimento rural sustentável e o campo de uma forma geral.

5.2 ETAPAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO

Para a execução do projeto serão necessárias algumas ações prioritárias que visam à construção do projeto pedagógico que norteará as atividades desenvolvidas na propriedade e, simultaneamente, a participação dos envolvidos em cursos de capacitação. As adaptações das estruturas para a recepção dos visitantes são descritas a seguir, bem como o contato com os parceiros para a captação de recursos humanos e financeiros. Observa-se que as etapas apontadas estão em consonância com as necessidades e potencialidades identificadas previamente.

5.2.1 Descrição das Etapas para a Execução do Projeto

O formato do projeto pedagógico, com base na análise dos resultados e nas etapas para a elaboração de um projeto de Turismo Rural Pedagógico (vide capítulo 2.4), tem conteúdo diretamente relacionado com os PCNs e enfoque na educação ambiental aliada aos preceitos agroecológicos de desenvolvimento rural. O planejamento, entretanto, será elaborado por um profissional da educação capacitado (com o apoio de materiais estruturados e metodologias apropriadas) por parte da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Bocaiúva do Sul, que também efetuará o seu acompanhamento durante os meses seguintes – em conjunto com um técnico em agroecologia para orientar quanto às variáveis correspondentes.

Enfatiza-se que a agroecologia (no que se refere à aplicação de conceitos e princípios ecológicos no manejo de agroecossistemas) se insere

em todas as etapas, abordando uma visão sistêmica e interdisciplinar ao compreender os aspectos socioeconômicos e de desenvolvimento rural – para além da perspectiva tecnológica. Nesse quesito também se reitera a preocupação de Carina em relação à subsistência da propriedade, quanto aos aspectos econômicos, e à imprescindibilidade de alternativas à forma convencional e homogeneia de produção atual.

Para tanto, buscando integrar teoria e prática e conforme base em demais propostas realizadas no mesmo âmbito – como apresentado anteriormente por meio de um estudo realizado por Klein e Souza (2014) no projeto Viva Ciranda e no Roteiro de Caminhos Rurais, em Porto Alegre –, as atividades englobadas no presente projeto serão as já em andamento na propriedade e as que ainda não são desenvolvidas, porém fazem parte das que os proprietários almejam colocar em prática a curto-médio prazo. Categorizadas em três temáticas propostas, um esquema com as atividades foi construído para auxiliar na visualização e potencialidades – dispostas no quadro a seguir:

QUADRO 6 – ATIVIDADES PROPOSTAS

Temáticas	Atividades
Educação alimentar e nutricional	Importância da soberania alimentar e dos conhecimentos tradicionais, das PANC, da qualidade, origem dos alimentos e seu valor nutricional;
Preservação e conservação ambiental:	Importância da biodiversidade, dos cursos d'água e da vegetação nativa; Meliponicultura;
“Saber-fazer” rural agroecológico	Valorização da cultura rural - envolvendo atividades do dia-a-dia do agricultor e tradições locais e o modo de produção agroflorestal.

FONTE: A autora (2019).

Carina, a proprietária, se insere na perspectiva educativa por meio de sua formação acadêmica em Nutrição quanto ao planejamento das ações referentes à educação alimentar e nutricional e, devido ao seu atual cargo de presidente na AOPA, quanto aos saberes agroecológicos; enquanto Cristian, seu companheiro, se insere por meio de seu conhecimento prévio em conservação e adequação dos espaços. O desenvolvimento das atividades propostas, portanto, serão realizados da seguinte maneira:

- 1) Educação alimentar e nutricional: Carina

2) Preservação e conservação ambiental (incluso a responsabilidade pelo manejo do agroecossistema): Cristian

3) “Saber-fazer” rural agroecológico: Carina e Cristian

Identifica-se, concomitantemente, a necessidade de cursos de capacitação e assistência técnica para os responsáveis no que tange o desenvolvimento de SAF, da meliponicultura, o manejo dos recursos hídricos e da vegetação nativa (realizados no CPRA) e no que concerne a recepção turística – pelo SENAR. Para melhor visualização, as orientações descritas são dispostas no quadro abaixo:

QUADRO 7 – CURSOS DE CAPACITAÇÃO

Temáticas	Curso de capacitação	Instituição
Educação alimentar e nutricional	<i>Não há necessidade.</i> ¹⁹	-
Preservação e conservação ambiental:	Cultivo em ambiente protegido; Meliponicultura	CPRA
“Saber-fazer” rural agroecológico	Desenvolvimento de SAF’s	CPRA
Recepção turística	Trabalhador em turismo rural - turismo rural e oportunidades de negócios	SENAR; A autora.

FONTE: A autora (2019).

A importância da capacitação no que se diz respeito à recepção turística baseia-se no pressuposto de que, com o advento do turismo, é necessário o desenvolvimento de habilidades como hospitalidade, paciência e flexibilidade, além da aptidão no gerenciamento do tempo e das atividades. Tal suspeita é confirmada na pesquisa de campo (dados exibidos no subcapítulo 4.3), bem como relativo à relevância do acompanhamento pedagógico.

As construções identificadas e projetadas tratam-se de: Construção da cozinha no container (apelidado de “Baú”) existente na propriedade; Construção de um refeitório com banheiros (espaço comunitário coberto); Construção da cúpula geodésica em bambu para recepção e concentração das atividades externas; e Construção de um estacionamento que comporte ônibus

¹⁹ As atividades de Educação alimentar e nutricional serão realizadas exclusivamente por Carina, por isso não há necessidade de curso de capacitação quanto à temática. Demais temáticas serão realizadas com Cristian, seu companheiro, conforme descritas anteriormente.

escolares. Ademais, as adaptações das estruturas já existentes são quanto à segurança e acessibilidade para o atendimento infanto-juvenil. As construções mencionadas também têm como base àquelas dispostas nas propriedades analisadas anteriormente.

O cronograma de implementação das ações citadas acima é disposto no seguinte quadro:

QUADRO 8 – CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO

TAREFAS	PRAZOS																							
	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Cursos de capacitação																								
Adaptação das estruturas																								
Manejo dos Agroecossistemas																								
Acompanhamento pedagógico																								
Atendimento às escolas																								

FONTE: A autora (2019).

Conforme proposto, portanto, o manejo do agroecossistema e o acompanhamento pedagógico são constantes em todos os meses de implementação. Os cursos de capacitação e a adaptação das estruturas são iniciais e prioritárias, com duração de 7 meses. O atendimento às escolas, por fim, terá início em setembro do mesmo ano, na volta do período letivo pós férias – seu andamento até novembro será realizado em fase teste para possíveis adaptações e revisões quanto ao projeto pedagógico.

5.2.2 Descrição dos Recursos Humanos envolvidos em cada etapa

Para a sua execução faz-se necessária a colaboração entre apoiadores e parceiros, assim sendo: a da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município no que tange a liberação do profissional da educação envolto no planejamento pedagógico – conforme descrito anteriormente –; do CPRA com a oferta de cursos de capacitação; dos profissionais e amigos envolvidos no auxílio na adequação e manutenção das estruturas; e da autora do presente projeto ao se tratar da assistência turística necessária. O atendimento ao público será realizado exclusivamente por Carina e Cristian, com atividades e temáticas divididas (mencionado no subcapítulo 5.2.1).

É de suma importância a dinâmica de organização desenvolvida na Chão de Gaia no quesito coletividade, no suporte que ocorre entre a comunidade e amigos dos responsáveis. São as relações que constroem a base do processo e auxiliam a erguer as estruturas necessárias para a consolidação do ambiente de forma a acomodar a família de Carina e os futuros visitantes. O espaço já conta com a atuação direta de amigos do casal, que alternadamente se responsabilizaram por auxiliar na atual adequação da estrutura por meio dos mutirões mensais.

Ademais, propõe-se a associação de atividades e organização com o Instituto Terrinha Cultural (vide subcapítulo 4.1.3), visto a proximidade e intenção entre ambas as partes. Sede de eventos como a Festa da Biodiversidade e do Milho Crioulo, a Terrinha desenvolve atividades de educação ambiental na área rural com escolas da rede pública da RMC – porém não as caracteriza enquanto Turismo Rural Pedagógico.

5.2.3 Descrição do Orçamento e dos desembolsos por etapa

Para a obtenção de recursos financeiros, dialoga-se acerca de inscrição da propriedade em editais de financiamento e incentivo ao Turismo Rural e para o fortalecimento da Agricultura Familiar – observa-se a escassez de programas ao se tratar especificadamente do Turismo Rural Pedagógico, bem como cursos de capacitação exclusivos no segmento. De forma geral, os editais são voltados para o desembolso com a melhoria e a adaptação das propriedades para a recepção dos visitantes, bem como para a capacitação dos agricultores.

Parcerias técnicas são essenciais para o andamento do projeto, como em relação à divulgação (por meio do CPRA e da AOPA) e no que se refere ao transporte de alunos da rede municipal de ensino – nesse último caso, a aproximação com a Terrinha Cultural corresponde também no quesito logístico, visto o apoio permanente já concedido da Secretaria às atividades desempenhadas no local.

No tocante aos custos fixos, dialoga-se acerca do material gasto com a construção da infraestrutura projetada e o deslocamento dos voluntários envolvidos, bem como dos proprietários para a presença nos cursos de

capacitação e possíveis visitas a projetos semelhantes para melhor entendimento das ações projetadas.

O custo operacional quanto à participação nos cursos considera o transporte dos proprietários quatro vezes ao mês em um total de 72 reais/mês (R\$ 4,50 por passagem = R\$ 9 ida e volta por dia; valor para 2 pessoas = R\$ 18 x 4 dias = R\$ 72), contabilizando R\$ 216 ao mês – o SENAR oferece cursos a distância, online, portanto desconsidera-se o valor da locomoção.

QUADRO 9 – ESTIMATIVA DE CUSTO PARA CURSOS

Etapa	Ações	Custo operacional	Orçamento
Cursos de capacitação	“Cultivo em ambiente protegido” (CPRA)	Transporte 4 vezes ao mês	R\$ 72
	“Meliponicultura” (CPRA)	Transporte 4 vezes ao mês	R\$ 72
	“Desenvolvimento de SAF's” (CPRA)	Transporte 4 vezes ao mês	R\$ 72
	“Trabalhador em turismo rural - turismo rural e oportunidades de negócios” (SENAR)	Online – Educação à distância	-
TOTAL			R\$ 216 / mês

FONTE: A autora (2019).

A estimativa de receita para realização das estruturas, entretanto, não foi passível de ser contabilizada devido à subjetividade de adaptações. Ademais, constatou-se que não compete à autora enquanto acadêmica do Curso de Turismo mensurar, de modo que é sugerida a contratação de um profissional especializado em uma etapa seguinte para definir o orçamento, bem como construir a planta das estruturas conforme legislação vigente. Devido às condições e prazos para entrega da presente pesquisa, sugere-se a continuidade envolvendo demais profissionais elencados.

QUADRO 10 – ESTIMATIVA DE CUSTO PARA ADAPTAÇÕES

Etapas	Ações	Custo operacional	Orçamento
Adaptação das estruturas	Construção da cozinha no container (apelidado de “Baú”)	--	--
	Construção de um refeitório com banheiros (espaço comunitário coberto);	--	--
	Construção da cúpula geodésica em bambu para recepção e concentração das atividades externas	--	--
	Construção de um estacionamento que comporte ônibus escolares	--	--
Manejo dos Agroecossistemas	Assistência técnica, visitas às propriedades semelhantes e cursos de capacitação	--	--
TOTAL			Inconcluso

FONTE: A autora (2019).

5.2.4 Avaliação do retorno do investimento

Mediante análise referente ao desenvolvimento do Turismo Rural Pedagógico no diagnóstico dos projetos consolidados (subcapítulo 4.1.), é possível constatar que o segmento proporcionou um incremento na renda do valor total/mês das propriedades. A avaliação no que concerne aos possíveis riscos na implementação se traduz na construção de espaços para recepção dos visitantes que não venham a ser utilizados – o que é, de um todo, não tão preocupante, visto que os espaços já estavam sendo projetados para a infraestrutura da propriedade anterior à possibilidade do advento da atividade turística.

Não há a definição monetária quanto ao faturamento projetado, visto que o custo referente aos investimentos foi inconclusa. Seguindo do pressuposto que a composição analisada é interdisciplinar, o projeto em questão corrobora com os dados apresentados no marco teórico da pesquisa e é reforçado na necessidade de integração com demais profissionais para sua elaboração.

Esse projeto entende como necessária uma estruturação mínima de planejamento para que o turismo seja uma atividade que agregue e seja benéfica aos envolvidos, permitindo visitas de maneira ordenada e

respeitosa no espaço. Espera-se que com o advento da atividade turística, os visitantes tenham a possibilidade de aprendizado em um ambiente mais rico e diversificado, assim como a reaproximação da cidade com o campo através da promoção da educação ambiental, da educação nutricional e da soberania alimentar.

Associada ao caráter multifuncional do turismo e dos espaços rurais, trata-se do fortalecimento e reconhecimento do campo em si e não somente das características rurais focadas na produção primária dos alimentos. Para mais, concerne o reforço e valorização da ruralidade, das manifestações culturais camponesas e na difusão dos conhecimentos agroecológicos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa buscou encontrar resposta ao problema de pesquisa “De que forma inserir o Turismo Rural Pedagógico em propriedades agroecológicas?”, contando com um procedimento qualitativo constituído por pesquisas bibliográficas e a realização do trabalho de campo através de entrevistas semiestruturadas e observação assistemática.

Prontamente, procurou-se construir um referencial teórico correlacionando Turismo Rural, Turismo Rural Pedagógico, Educação Ambiental e Agroecologia para melhor entendimento da realidade abordada e, por meio deste, foi possível observar os pressupostos de sustentabilidade ambiental, econômica e sociocultural que permeiam as temáticas. Também foram pesquisados exemplos de projetos implementados envolvendo Turismo Rural Pedagógico e Agroecologia, sendo os identificados: Viva Ciranda: Família Schroeder, Sítio Bela Vista e Terrinha Cultural. Corroborando com estudo apresentado no marco teórico, as propriedades foram reconhecidas enquanto base e exemplo para a consolidação do que se refere ao proposto pelo objetivo geral: “Desenvolver um projeto de Turismo Rural Pedagógico de base agroecológica na propriedade Chão de Gaia”.

Para tal, as demandas, interesses e potencialidades do espaço foram identificados e constatou-se a viabilidade do desenvolvimento do segmento, bem como projetadas as etapas necessárias – que se traduzem na devida adaptação das estruturas, na importância da realização de cursos de capacitação e concomitantemente de ações para a construção do projeto pedagógico. Verificou-se que apenas o orçamento para sua implementação foi inconcluso, devido à subjetividade das adequações (principalmente referente aos profissionais envolvidos e na utilização de recursos locais) e à característica de multidisciplinaridade da atividade turística.

As propriedades analisadas lidam com atividades semelhantes, porém com abordagens distintas ao assumir características próprias para cada configuração socioespacial. A oferta identificada na Chão de Gaia consiste em atividades que buscam a valorização do contato com o cotidiano local, mediante interação consciente dos agentes envolvidos e a ampliação dos conhecimentos sobre os hábitos locais e a cultura, envolvendo a conservação

ambiental e a troca de experiências em seu processo. Divididas em temáticas, se traduzem em atividades de: Educação alimentar e nutricional; Preservação e conservação ambiental; e “Saber-fazer” rural agroecológico.

A aproximação do segmento é recebida positivamente na medida em que se compromete com a conservação de seu entorno e com a qualidade de vida da população, em concordância com a abordagem agroecológica. Constata-se, portanto, que a agroecologia possui influencia em mudanças estruturais significativas, principalmente no que tange as atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais (e, desta forma, na importância de ações de educação ambiental). Sua abrangência, conforme expressado pelos envolvidos, é de suma importância ao demonstrar a possibilidade de outra forma de gestão do espaço – como alternativa e oposição à hegemônica – por meio de seus princípios de justiça social e soberania alimentar.

Acredita-se que a pesquisa contribuiu para demais propriedades agroecológicas que desejem inserir o Turismo Rural Pedagógico como recurso chave de seu desenvolvimento, bem como em um âmbito teórico correlacionando a importância do envolvimento das temáticas. O segmento, conforme categorizado, se reafirma ao facilitar o aprendizado dos alunos (independente da idade) e ao simultaneamente favorecer a valorização cultural dos proprietários e sua complementariedade de renda. O turismo, nesse sentido, requer atenção e investimento de recursos humanos e financeiros – é necessária a capacitação, além do desenvolvimento de qualidades como hospitalidade e dedicação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. A. Turismo rural: uma estratégia de desenvolvimento via serviços. In: OLIVEIRA, C. G. S. (Ed.). **Turismo no espaço rural brasileiro**. Piracicaba: Fealq, 1999.

ABELHAS. Associação Brasileira de Estudos de Abelhas. **Meliponicultura**. 2019. Disponível em: <<http://bit.do/fcf8N>>. Acesso em: 06 out. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TURISMO RURAL – ABRATURR; ECA Jr. **Roteiro do Turismo Rural do Estado de São Paulo**. 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/2kvdQuS>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

ATLAS BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Bocaiúva do Sul, PR**. 2013. Disponível em: <<http://bit.do/fcf85>>. Acesso em 08 set. 2019.

SANTOS, M.; GLASS, V. (Orgs). **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. 60 p.; il.; 29,7cm

ATZ, Ana M. D. V. Educação ambiental em áreas de turismo rural – uma experiência em busca da sustentabilidade. **Rev. Bras. de Agroecologia**, v. 2, n. 2, out. 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/EMt2zK>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

BALDASSO, N. A.; CALCANHOTTO, F. A.; ANNONI, A. O Turismo Rural Agroecológico: Uma Proposta de construção do Desenvolvimento Sustentável nas Regiões do Vale do Rio dos Sinos e Vale do Paranhana e Encosta da Serra. 1º Encontro de Economia Gaúcha 2002, Porto Alegre, 2002. **Anais...** Disponível em: <<https://goo.gl/D062DD>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

BARBIERI, S. **O turismo no meio rural e as transformações das propriedades familiares do “Circuito Italiano de Turismo Rural”, em Colombo, Paraná**. 112 p. Trabalho de Graduação (Bacharelado em Turismo) - Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

BENI, M. C. Conceituando turismo rural, agroturismo, turismo ecológico e ecoturismo. In: BARRETTO, M. e TAMANINI, E. (Org.). **Redescobrimo a ecologia no turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002, p. 31-34.

_____. **Análise Estrutural do Turismo**. 2ª Edição. São Paulo: SENAC, 1998.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Política de Educação Ambiental**. 2013. Disponível em: <<http://bit.do/ff3oa>>. Acesso em: 20 out. 2019.

_____. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural**. Brasília, 2003. 43 p. Disponível em: <<https://goo.gl/2AJnWy>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo Rural**: Orientações Básicas. 2ª.ed. Brasília, 2010. 72 p. Disponível em: <<https://goo.gl/vWq2Qn>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo de Estudos e Intercâmbio**: orientações básicas. 2.ed. – Brasília: 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/7y7mAj>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

BROSE, M. **Metodologia Participativa**: uma introdução a 29 instrumentos. 2. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010. 328 p.

CANDIOTTO, L. Z. P. Elementos para o Debate Acerca do Conceito de Turismo Rural. **Revista Turismo em Análise** – ECA/USP, São Paulo, v. 21, n. 1, abril/2010. Disponível em: <<https://goo.gl/mjTVXU>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

CAPORAL; F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IIICA, 2004. 24 p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia**: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília, DF: 2006. P. 47-80. Disponível em: <<https://bit.ly/2ISnzdy>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

CELSO, B. Agroecologia e Turismo Rural. Alternativa Viável para a Região. II Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, Foz do Iguaçu, 2008. **Anais...** Disponível em: <<https://goo.gl/OTzwOr>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

CENTRO PARANAENSE DE REFERÊNCIA EM AGROECOLOGIA. **Experiências fora de classe**: educação ambiental como tradutora de realidades. Disponível em: <<http://bit.do/fdTPw>>. Acesso em 22 out. 2019.

DENCKER, A. de F. M. **Pesquisa em Turismo**: planejamento, métodos e técnicas. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, R. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

FEITOSA, Tereza H. C.; FRANCA, Manoel J. P. da. Agrofloresta e Turismo Rural em Nova Olinda – CE. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 11, n. 1, p. 9-18, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/bnE9RE>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs). **Métodos de Pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS, Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p. Disponível em: <<https://goo.gl/79kkTG>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIA DO VIVA CIRANDA. **Viva Ciranda: De mãos dadas pelo Turismo Comunitário**. Secretaria de Cultura e Turismo: Joinville/ SC. Edição Janeiro/2018.

GUTERRES, I. **Agroecologia Militante: contribuições de Enio Guterres/Ivani Guterres**. 1ª Ed. São Paulo, SP. Editora Expressão Popular. 2006. 184 p.

GUZZATTI, T.C.; O desenvolvimento do turismo pedagógico em áreas rurais: o caso do Projeto Viva Ciranda, Joinville (SC). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.7, n.1, fev 2014/abr, 2014, pp.10-26. Disponível em: <<https://goo.gl/1is1cu>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

HOFFMANN, C. S.; CUNHA, A. M. O turismo rural pedagógico como aliado na conservação ambiental na cidade de Porto Alegre. **Fólio Revista Científica Digital - Jornalismo, Publicidade e Turismo**, Porto Alegre, n. 1, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/kUfz9Z>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

HOSKEN, F. M. Implantação e estruturação de empreendimentos de turismo no espaço rural: roteiro para elaboração de projetos. p. 168-194. In: SANTOS, E. de O.; SOUZA, M. de (ORGs.). **Teoria e prática do Turismo no espaço Rural**. 1ª Edição. Barueri, SP: Manole, 2010. 357 p.

IGUAPE. Prefeitura Municipal. **Agricultores realizam dia de campo em Cananéia**. 2017. Disponível em: <<http://bit.do/ffq4C>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. IPARDES. **Caderno Estatístico Município de Bocaiúva do Sul**. Mai/2018. 43 p. Disponível em: <<https://bit.ly/2s8saxN>>. Acesso em 27 mai. 2018.

KLEIN, A.L.; SILVA, M. A. C.; SOUZA, M. de. Planejamento do turismo rural pedagógico: o caso do Projeto Viva Ciranda, Joinville (SC). VIII Congresso Brasileiro de Turismo Rural e I Colóquio Internacional de Pesquisa e Práticas em Turismo no Espaço Rural, Rosana - SP, v. 1, Nov/2013. **Anais...** Disponível em: <<https://goo.gl/SGTmuR>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

KLEIN, A. L.; SOUZA, M. de. O turismo rural pedagógico e suas contribuições no âmbito da educação. In: IX Congresso internacional sobre turismo rural e desenvolvimento rural, 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2lwsGyU>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

KLEIN, A.; TROIAN, A.; SOUZA, M. O turismo rural pedagógico e a educação ambiental: as ações pedagógicas desenvolvidas na fazenda quinta da estância grande Viamão (RS). **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação**

Ambiental, v. 27, p. 107-121, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2LON2hq>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

LIMA, F. A. X.; SOUZA, G. S. C. de; MATTOS, J. L. S. Turismo Rural e Agricultura Familiar de base agroecológica: Uma experiência no município de Abreu e Lima – PE. **Monografias Ambientais REMOA/UFSM**, v. 10, n. 10, p. 2311 – 2317, out-dez 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/8c5KmZ>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

LUCAS, R. E. A.; TIMM, C. R. F.; GOMES, M. C. O Meio ambiente: Tema Transversal. II Congresso Brasileiro de Agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, p. 1470 - 1474, fev. 2007. Disponível em: <<http://bit.do/fdv4y>>. Acesso em: 19 out. 2019.

LUNARDI, R.; ALMEIDA, J. A. de J.; SOUZA, M. de. Turismo rural e diversificação do espaço rural: reflexos do trabalho da mulher na atividade turística na região dos Campos de Cima da Serra, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Colóquio Ibérico de Estudos Rurais**. Cultura, inovação e território. Coimbra: ESAC, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/SJqodj>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2003. 310 p. Disponível em: <<https://goo.gl/5F63k8>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

_____. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6 ed. – 7. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2006. 219 p.

MUSEUS BR. Rede Nacional de Identificação de Museus. **Terrinha Cultural**. [201-]. Disponível em: <<https://bit.ly/2sfM0He>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

NAKAMURA, G.K. Y.; MACHADO, A. B. Turismo Pedagógico e as possibilidades de ampliação de olhares: roteiro pedagógico na cidade de Santo Inácio/PR. VI Mostra Interna de Trabalhos de Iniciação Científica. CESUMAR, Maringá, Out/2012. **Anais...** Disponível em: <<https://bit.ly/2LzK44o>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

NETO, J. S. P. **Agroecologia e Planejamento: gestão sustentável dos recursos naturais**. 39 p. Trabalho de Graduação (Curso de especialização em Geografia e Território: planejamento urbano, rural e ambiental), Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira/PB, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2lsh2oV>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

NITSCHKE, L. B.; NERI, L. de F. Um panorama dos empreendimentos de turismo rural na Região Metropolitana de Curitiba, Paraná, Brasil. IX Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável – CITURDES, São Paulo, Set/2014. **Anais...** Disponível em: <<https://bit.ly/2wycaJW>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

NOGUEIRA, V. S. O agroturismo como forma de inserção da mulher rural no mercado de trabalho: um estudo de caso sobre o município de Venda Nova do Imigrante, Espírito Santo. Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. 2004. **Anais...** Disponível em: <<https://bit.ly/2L3cNgW>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

PORTUGUEZ, A. P. **Agroturismo e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999. 127 p.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In. BEUREN, I.M. (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006. Cap.3, p.76-97.

RIEDL, M (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 2^a Edição. Campinas, SP: Papyrus, 2000. 238 p.

RODRIGUES, A. (Org.). **Turismo Rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001.

RUPP, I. ONG dissemina arte na zona rural. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 outubro 2013. Caderno G. Disponível em: <<https://bit.ly/2GUysFT>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de política Agrícola** 3: 15-34. 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/2sb1VXC>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

SESC SÃO PAULO. **Uma visita ao Sítio Bela Vista** – Uma agrofloresta no meio de Cananéia. 2018. Disponível em: < <http://bit.do/fb7uh>>. Acesso em 04 ago. 2019.

SILIPRANDI, E. Desafios para a extensão rural: o social na transição agroecológica. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 38-48, 2002. Disponível em: <<https://goo.gl/VTLpuJ>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

SILVA, J. G. da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: <<https://goo.gl/dMzroP>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

SILVA, M. A. C.; SOUZA, M. de.; LEMOS, R. M. de. A importância do turismo rural pedagógico na formação dos novos consumidores de alimentos: uma análise a partir da visão dos proprietários rurais participantes do projeto Viva Ciranda, Joinville-SC. In: IX Congresso internacional sobre turismo rural e desenvolvimento rural, 2014, São Paulo. **Anais ...** São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2KSsRmB>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

SILVA, M. de F. S. da.; MACHADO, C. R. da S. A agroecologia e a educação ambiental transformadora: uma leitura para além de mudanças nas técnicas de

produção agrícola. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 10, n. 1 – págs. 119-129, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2lfEvGc>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

TEIXEIRA, A. R.; WANDSCHEER, E. A. R.; SOUZA, M. de. A multifuncionalidade da agricultura e a contribuição do turismo rural pedagógico. **Extensão Rural**, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XII, Jan – Dez de 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/BReQN2>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

TULIK, O. **Turismo Rural**. São Paulo: Aleph, 2003.

VIANNA, T. E. O turismo rural pedagógico focado na educação ambiental como ferramenta complementar do ensino fundamental. **Turismo & Sociedade**. Curitiba, v. 7, n. 4, p. 755-774, outubro de 2014. Disponível em: <<http://bit.do/fdTjy>>. Acesso em 22 out. 2019.

VINHA, M. L. O Turismo Pedagógico e a Possibilidade de Ampliação de Olhares. **Hórus - Revista Eletrônica de Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas**. Ourinhos, SP, n. 3, 2005.

APÊNDICE 1 - ROTEIRO-BASE PARA ENTREVISTAS COM PROPRIETÁRIOS RURAIS E GESTORES DE PROJETOS DE TURISMO RURAL PEDAGÓGICO CONSOLIDADOS

1. Organização da propriedade

- Como é feita a organização da propriedade?
- A quem contatar para marcar a visita?

2. Atividades da propriedade

- Quais são as atividades pedagógicas realizadas com os visitantes?
- Quais delas envolvem diretamente explicações acerca do meio rural e da forma de cultivo da terra?

3. Estrutura física da propriedade

- Foram construídas novas estruturas físicas com o advento da atividade turística? Quais?
- Foram aproveitadas estruturas físicas já existentes?
- Foi necessário a realização de demais investimentos?

4. Aspectos econômicos

- Qual a principal fonte de renda da propriedade?
- Houve a necessidade de contratação de funcionários?
- Quanto custa a visita?
- A atividade turística exerceu influência direta na geração de renda?

5. Aspectos pedagógicos

- Quem realiza o auxílio no acompanhamento pedagógico da propriedade?
- Como é a relação entre o proprietário e as professoras?
- Houve cursos de capacitação?
- Houve mudança em relação à sociabilidade do proprietário rural devido ao desenvolvimento das atividades pedagógicas na propriedade?

6. Turismo

- Há quanto tempo desenvolve a atividade turística na propriedade?
- Quais são os principais benefícios observados? E pontos negativos?

7. Dados gerais sobre a propriedade

- Nome
- Responsável pelas visitas pedagógicas
- Atividades agrícolas
- Atividades turísticas
- Dias e horários de funcionamento

APÊNDICE 2 - ROTEIRO-BASE PARA ENTREVISTA COM OS PRODUTORES AGROECOLÓGICOS DA PROPRIEDADE CHÃO DE GAIA

1. Dados gerais sobre a propriedade

- Nome
- Local
- Atividades agrícolas
- Dias e horários de funcionamento

2. Diagnóstico

- Qual é o público potencial?
- Qual a distribuição geográfica projetada para o público?
- Quais são as necessidades locais?
- Quais são as prioridades?
- Quais são os interesses e as demandas?

3. Estrutura física da propriedade

- Qual as estruturas físicas já existentes? - Inventário
- Quais adequações devem ser feitas?
- Possui acessibilidade?

4. Produção Agroecológica

- Quais são as características da produção agroecológica da propriedade?
- Quais aspectos a serem alavancados? Abordagem da paisagem..

5. Recursos

- Quais os recursos existentes?
- Quais competências e disponibilidades necessárias?
- Possibilidade de parcerias técnicas ou financeiras?
- Há capital monetário para investir?

6. Formato do projeto pedagógico

- Quais são os objetivos a serem alcançados por parte dos proprietários?
- Como será a divulgação?
- Como será desenvolvido a abordagem pedagógica?
- Qual profissional realizará o acompanhamento do plano pedagógico?

7. Turismo

- Quais são as projeções para o desenvolvimento do turismo na propriedade?

APÊNDICE 3 - ROTEIRO-BASE PARA ENTREVISTAS COM PROPRIETÁRIOS RURAIS E GESTORES DE PROJETOS CONSOLIDADOS NO TURISMO RURAL PEDAGÓGICO DE BASE AGROECOLÓGICA

1. Organização da propriedade

- Como é feita a organização da propriedade?
- A quem contatar para marcar a visita?

2. Atividades da propriedade

- Quais são as atividades pedagógicas realizadas com os visitantes?
- Quais delas envolvem diretamente explicações acerca do meio rural e da forma de cultivo da terra?

3. Educação Ambiental

- A educação ambiental aparece nas atividades realizadas? Se sim, qual a relação e a forma de abordagem?
- Qual a importância desse viés?

4. Agroecologia

- A propriedade trabalha com o manejo agroecológico?
- Qual a importância e o que engloba? É apresentada durante as atividades pedagógicas? De que forma?

5. Estrutura física da propriedade

- Foram construídas novas estruturas físicas com o advento da atividade turística? Quais?
- Foram aproveitadas estruturas físicas já existentes?
- Foi necessária a realização de demais investimentos?

6. Aspectos econômicos

- Qual a principal fonte de renda da propriedade?
- Houve a necessidade de contratação de funcionários?
- Quanto custa a visita?
- A atividade turística exerceu influência direta na geração e/ou complementariedade de renda? Se sim, qual a porcentagem média de incremento?

7. Aspectos pedagógicos

- Quem realiza o auxílio no acompanhamento pedagógico da propriedade?
- Como é a relação entre o proprietário e as professoras?
- Houve cursos de capacitação?
- Houve mudança em relação à sociabilidade do proprietário rural devido ao desenvolvimento das atividades pedagógicas na propriedade?

8. Aspectos socioculturais

- O que mudou na rotina da família? No que tiveram que se adaptar?
- Houve a criação de novos postos de trabalho na família? Mudou algo em relação à perspectiva de continuidade na área rural?
- Houve um sentimento de valorização? Do que?

9. Turismo

- Há quanto tempo desenvolve a atividade turística na propriedade?
- Quais são os principais benefícios observados? E pontos negativos?
- Como é a relação com os visitantes?

10. Dados gerais sobre a propriedade

- Nome
- Responsável pelas visitas pedagógicas
- Atividades agrícolas
- Atividades turísticas
- Dias e horários de funcionamento